



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

BOLETIM DE SERVIÇO

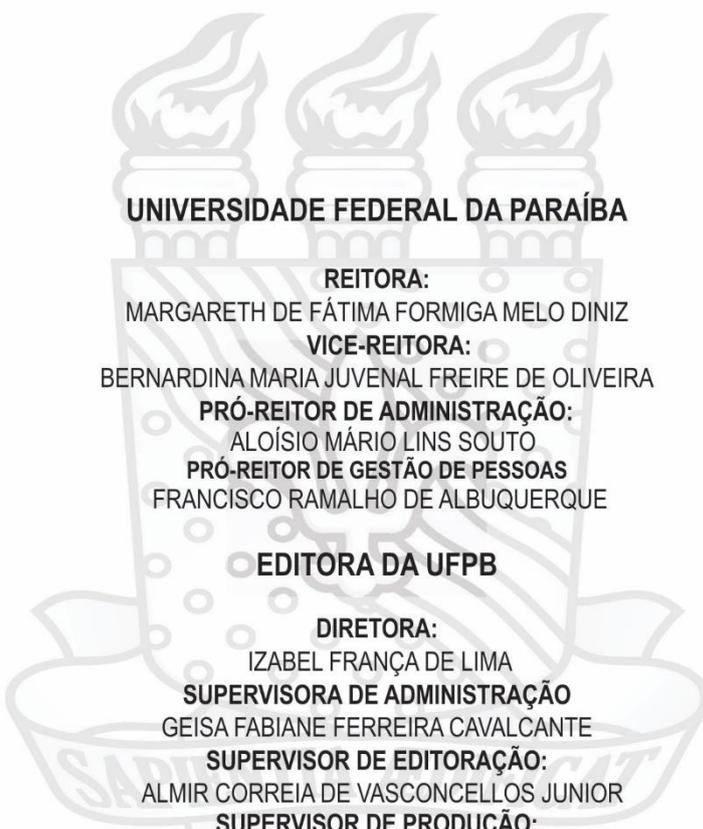
(Art. 1º, Inciso 11, da Lei 4.965, de maio de 1966)
PORTARIA R/DP, Nº 519, de 11/08/1972

ANO LIV – Nº047
João Pessoa, 11 de setembro de 2019

**EDIÇÃO DE
SETEMBRO**

BOLETIM DE SERVIÇO

EXPEDIENTE



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

REITORA:

MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ

VICE-REITORA:

BERNARDINA MARIA JUVENAL FREIRE DE OLIVEIRA

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO:

ALOÍSIO MÁRIO LINS SOUTO

PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS

FRANCISCO RAMALHO DE ALBUQUERQUE

EDITOR DA UFPB

DIRETORA:

IZABEL FRANÇA DE LIMA

SUPERVISORA DE ADMINISTRAÇÃO

GEISA FABIANE FERREIRA CAVALCANTE

SUPERVISOR DE EDITORAÇÃO:

ALMIR CORREIA DE VASCONCELLOS JUNIOR

SUPERVISOR DE PRODUÇÃO:

JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS FILHO

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO NO BOLETIM DE SERVIÇO.

Para publicar no Boletim de Serviço da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), o material deve ser entregue em arquivo aberto no formato Word, além de memorando pedindo sua publicação por correio eletrônico.

Período da entrega do material: de Sexta-feira a Terça-feira.

Dia da publicação: Quinta-Feira*.

*Materiais entregues depois Terça-feira serão publicados apenas no próximo número do BSE.

[Todo material deve ser enviado somente pelo e-mail : boletim.servico.ufpb@reitoria.ufpb.br](mailto:boletim.servico.ufpb@reitoria.ufpb.br)

Mais informações e esclarecimentos:

Editora Universitária

Almir Correia (Supervisor de Editoração)

E-mail: boletim.servico.ufpb@reitoria.ufpb.br

Fone: (83) 3216-7341 / (83) 3216-7147 / (83) 988597116

APRESENTAÇÃO

BOLETIM DE SERVIÇO ELETRÔNICO (BSE) - Veículo de comunicação institucional para publicação de Atos normativos e ordinários de caráter oficial. Editado pela EDITORA UNIVERSITÁRIA, está previsto na **Lei nº 4.965, de 05 de maio de 1966**, que dispõe sobre a publicação dos atos relativos aos servidores públicos civis do Poder Executivo.

O **BSE** é o instrumento utilizado para dar ao público conhecimento dos atos e procedimentos formais editados no âmbito da **Universidade Federal Paraíba (UFPB)**, atendendo ao princípio da publicidade, prescrito no art. 37 da Constituição Federal.1)

Seu conteúdo está organizado em conformidade com os assuntos administrativos rotineiros da Instituição, seguindo Instrução Normativa na **Portaria R/DP Nº 519, de 11 Agosto de 1972 da UFPB**.

Este periódico semanal é constituído por atos administrativos de natureza interna da Instituição, tais como: afastamentos, viagens à serviço, diárias, licenças, comunicações de férias, bem como outras vantagens cuja publicação é dispensável no Diário Oficial da União. Desta forma, o BSE é instrumento formal que objetiva transparência e, sobretudo, legalidade dos atos da administração da UFPB.

As portarias no âmbito da UFPB serão emitidas pelos responsáveis dos respectivos Conselhos Superiores, Reitoria, Pró-Reitorias, Núcleos e Superintendências, Centro de Ensino, Coordenações de Cursos de Graduação, Coordenações de Programas de Pós-graduação, Setores, Departamentos Acadêmicos, Unidades Acadêmicas.

Para publicar no Boletim de Serviço da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), o material deve ser entregue em arquivo aberto no formato Word, além de memorando pedindo sua publicação por correio eletrônico.

Período da Entrega do Material: de Sexta-Feira a Terça-Feira.

Dia da Publicação: Quinta-Feira*.

*Materiais enviados na quarta ou quinta-feira serão publicados apenas no próximo número do BSE.

Atenciosamente;

ALMIR CORREIA DE VASCONCELLOS JUNIOR
SUPERVISOR DE EDITORAÇÃO

REITORIA/UFPB

PORTARIAS DA REITORA

PORTARIA GR/ Nº 249, DE 09 DE SEEMBRO DE 2019

Reconduzir os servidores designados na Portaria nº 118,
Para compor Comissão de Sindicância.

A MAGNÍFICA REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista que consta no processo nº 23074.018094/2019-23, **resolve**:

Art. 1º - RECONDUZIR os servidores designados para compor a Comissão de Sindicância na Portaria nº 118, de 29 de abril de 2019, publicada no Boletim de Serviço nº 22/2019, de 04/06/2019, ANDRÉ LUIZ PESTANA CARNEIRO, Matrícula Siape 2817754 e SONIVAL TADEU CAVALCANTI FAGUNDES, matrícula Siape 337373, para conclusão dos trabalhos das possíveis inconformidades narradas no processo nº 23074.018094/2019-24, convalidando os atos já praticados com base na portaria anterior.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ
REITORA

PORTARIA GR/Nº 270, DE 11 DE SETEMBRO DE 2019

Homologa resultado final de Estágio Probatório de Servidores Técnico-Administrativos em Educação, que ingressaram no mês de setembro de 2016.

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 38, inciso VII, do Estatuto da UFPB, e tendo em vista que consta no processo nº 23074.056180/2019-34, **resolve**:

Art. 1º Homologar o resultado final do Estágio Probatório dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação, que ingressaram no mês de setembro de 2016 e redistribuídos, conforme Lei nº 8.112/1190, prevista no Art. 4º da Resolução do CONSUNI Nº 08/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

BERNARDINA MARIA JUVENAL FREIRE DE OLIVEIRA
VICE-REITORA NO EXERCÍCIO DA REITORIA

ANEXO DA PORTARIA Nº 270/GR/R/UFPB

A PROGEP - Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, através da Divisão de Gestão de Desempenho, torna público o Resultado do Processo de Avaliação de Desempenho (Estágio Probatório) dos servidores Técnico-Administrativos em Educação que ingressaram no mês de setembro de 2016 e redistribuídos.

Matrícula	Servidor	Percentual	Situação
1038869	ARNON HENRIQUE DIONISIO TORRES	9,7	Aprovado
2338173	BRUNO DA SILVA MARINHO	9,5	Aprovado
2340114	FERNANDA LUCIA ACIOLI FURTADO	10,0	Aprovado
1339824	LEONARDO SANTANA FERNANDES	9,7	Aprovado
2708556	LIBIA COSTA FERREIRA DA SILVA	10,0	Aprovado
3337111	LUIZ CARLOS DA SILVA JUNIOR	9,9	Aprovado
2340108	LUIZ DANIEL COSTA FALCAO	9,7	Aprovado
2339257	MARX RODRIGUES DE ALMEIDA QUEIROZ	9,9	Aprovado
2340184	RAFAEL DE MELLO GOUVEIA PEIXOTO	9,1	Aprovado

CONSEPE/REITORIA/UFPB

RESOLUÇÕES DO CONSELHO

RESOLUÇÃO Nº 13/2019

Revoga a Resolução nº 66/2015 do Consepe, aprova e dá nova redação ao Regulamento e à Estrutura Acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica, nos níveis de Mestrado Acadêmico e de Doutorado, sob a responsabilidade do Centro de Tecnologia.

O CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - CONSEPE, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições, de conformidade com a legislação em vigor, tendo em vista a deliberação adotada no plenário em reunião do dia 15 de abril de 2019 (Processo nº 23074.062698/2018-26) e

Considerando os termos da Resolução nº 28/75 do Consuni, que aprova a criação do Curso de Mestrado em Engenharia Mecânica, do Centro de Tecnologia, bem como o seu Regulamento;

Considerando os termos da Resolução nº 45/80 do Consuni, que cria, no CCT, o curso de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica, e dá outras providências;

Considerando os termos da Resolução nº 25/75 do Consepe, que aprova a estrutura curricular do Curso de Mestrado em Engenharia Mecânica, do Centro de Tecnologia, bem como as respectivas áreas de concentração;

Considerando os termos da Resolução nº 03/95 do Consuni, que autoriza a criação do Doutorado e a abertura de uma nova área de concentração para o Mestrado e o Doutorado do Curso de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica do Centro de Tecnologia.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a nova redação do Regulamento e da Estrutura Acadêmica do Programa de Pós-Graduação Engenharia Mecânica, nos níveis de Mestrado Acadêmico e de Doutorado, sob a responsabilidade do Centro de Tecnologia, da UFPB.

Parágrafo único. O Programa de que trata o *caput* deste artigo oferecerá três áreas de concentração, denominadas: 1) *Termofluidos*, com as linhas a) Análise da Transferência de Calor e Massa Via Técnica Transformada Integral Generalizada; b) Fontes Alternativas de Energia; c) Refrigeração e Análise Exergética; e d) Transferência de Calor e Massa; 2) *Processos de Fabricação*, com as linhas: a) Processos Mecânicos/Metalúrgicos Aplicados aos Materiais; e b) Quantificação e avaliação de Propriedades dos Materiais; 3) *Dinâmica e Controle de Sistemas Mecânicos*, com as linhas a) Dinâmica de Sistemas Mecânicos; b) Controle de Sistemas Mecânicos; c) Instrumentação de Sistemas Mecânicos.

Art. 2º. O novo Regulamento e a nova Estrutura Acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica, anexos, passam a fazer parte da presente Resolução.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, em João Pessoa, 22 de abril de 2019.

MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ
PRESIDENTE

ANEXO I À RESOLUÇÃO Nº 13/2019 DO CONSEPE

REGULAMENTO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM ENGENHARIA MECÂNICA DO CENTRO DE TECNOLOGIA, COM A OFERTA DOS CURSOS DE MESTRADO ACADÊMICO E DOUTORADO

CAPÍTULO I DA NATUREZA E OBJETIVOS DO PROGRAMA

Art. 1º O Centro de Tecnologia (CT) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com sede no Campus I, é o responsável pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Engenharia Mecânica, doravante também denominado Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica-PPGEM, com a oferta dos Cursos de Mestrado Acadêmico e de Doutorado, sendo suas atividades distribuídas segundo as áreas de concentração definidas no §1º deste artigo.

§1º As áreas de concentração terão as seguintes denominações:

- a) Termofluidos;
- b) Processos de Fabricação;
- c) Dinâmica e Controle de Sistemas Mecânicos.

§2º As linhas de pesquisa do PPGEM são:

I - Termofluidos:

- a) Análise da Transferência de Calor e Massa Via Técnica Transformada Integral Generalizada;
- b) Fontes Alternativas de Energia;
- c) Refrigeração e Análise Exergética;
- d) Transferência de Calor e Massa.

II – Processos de Fabricação:

- a) Processos Mecânicos/Metalúrgicos Aplicados aos Materiais;
- b) Quantificação e avaliação de Propriedades dos Materiais.

III - Dinâmica e Controle de Sistemas Mecânicos:

- a) Dinâmica de Sistemas Mecânicos;
- b) Controle de Sistemas Mecânicos;
- c) Instrumentação de Sistemas Mecânicos.

Art. 2º O PPGEM tem como objetivo a formação de docentes, de pesquisadores e de engenheiros nas áreas de que trata o §1º do artigo 1º do presente Regulamento, visando formar recursos humanos qualificados, incentivar a pesquisa e o desenvolvimento de estudos técnicos e científicos relacionados às Ciências Mecânicas.

§1º Além de diplomados em Engenharia Mecânica, o Programa será aberto a diplomados em outros Cursos de Engenharia e cursos afins, segundo critério do Colegiado do Programa.

§2º Aos portadores do título de doutor, será oferecido estágio pós-doutoral, conforme regulamentação específica do Consepe e do Programa.

**CAPÍTULO II
DA ADMINISTRAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO PROGRAMA****SUBCAPÍTULO I
DA ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA**

Art. 3º Nos termos do artigo 13 do Regulamento Geral dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da UFPB e conforme as normas deste Regulamento, o PPGEM será administrado por uma Coordenação que atuará como órgão executivo, por um Colegiado com funções deliberativas e por uma Secretaria como órgão de apoio administrativo.

§1º O Programa terá uma comissão de bolsa cuja constituição e competências serão estabelecidas em resolução específica do Colegiado do Programa, observadas as normas desta instituição e as recomendações e exigências das agências de fomento.

§2º Ao longo deste Regulamento, as citações do Regulamento Geral dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da UFPB serão simplesmente referidas mediante a expressão "Regulamento Geral", salvo indicação em contrário; e as citações referentes ao presente Regulamento serão referidas mediante as expressões "PPGEM" ou "Regulamento do Programa".

**SEÇÃO I
Do Colegiado do Programa**

Art. 4º O colegiado do programa é o órgão de competência normativa em matérias de natureza acadêmica, pedagógica e administrativa, constituído conforme o disposto no Regulamento do Programa, atendidos os preceitos do Regimento Geral da UFPB, do artigo 14 do Regulamento Geral, dos artigos 3º e 4º da Resolução nº 34/2014 do CONSEPE que altera o artigo 14 do Regulamento Geral e deste Regulamento.

Parágrafo único. Conforme normas internas da UFPB, o Colegiado do Programa será composto pelos membros a seguir:

- a) o Coordenador e o Vice-Coordenador do Programa, na qualidade de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente;
- b) um representante do corpo técnico;
- c) pela representação discente;
- d) por todos os docentes permanentes do programa e por um representante dos docentes colaboradores (se houver).

Art. 5º São atribuições do colegiado do programa, além das constantes no Regimento Geral da UFPB, as definidas no artigo 15 do Regulamento Geral.

**SEÇÃO II
DA COORDENAÇÃO DO PROGRAMA**

Art. 6º A coordenação do programa é o órgão que assegura a organização e o funcionamento do colegiado e, ao mesmo tempo, responde pela execução de suas decisões e pela aplicação de suas diretrizes.

§1º O coordenador e o vice-coordenador do programa serão eleitos conforme o que estabelece o artigo 17 do Regulamento Geral.

§2º Compete ao coordenador o que estabelece o artigo 18 do Regulamento Geral.

§3º Nos prazos previstos pelos incisos do artigo 57 deste Regulamento, o Colegiado deverá apreciar e aprovar os planos de Trabalho Final dos alunos regulares do Programa.

§4º De acordo com o parágrafo 1º do artigo 13 do Regulamento Geral, ficará instituída no âmbito da estrutura organizacional do PPGEM a Assembleia Geral, de caráter consultivo, composta pelos corpos docente e discente do Programa e presidida pelo Coordenador, para discussão de temas definidos pelo Colegiado do Programa.

SEÇÃO III
Da Secretaria do Programa

Art. 7º A secretaria do programa é o órgão de apoio administrativo, incumbido das funções burocráticas e do controle acadêmico direto.

Parágrafo único. As competências da secretaria são as constantes do Regulamento Geral da UFPB e deste Regulamento.

Art. 8º Compete ao(à) secretário(a) do Programa o estabelecido no artigo 20 do Regulamento Geral.

SUBCAPÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO DO PROGRAMA

Art. 9º O PPGEM será composto por três áreas de concentração, conforme artigo 1º deste regulamento, com projetos de pesquisa articulados e coerentes entre si.

CAPÍTULO III
DO FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA

SUBCAPÍTULO I
DO CORPO DOCENTE

SEÇÃO I
Classificação do Corpo Docente

Art. 10 O corpo docente do PPGEM será constituído por docentes portadores do título de doutor ou livre docente, conforme estabelece os artigos 24, 25, 26, 27 e 28 do Regulamento Geral e resolução específica do Colegiado do Programa.

Art. 11 Os professores integrantes do corpo docente do PPGEM poderão se articular, acadêmica e administrativamente no âmbito do Programa, nas respectivas áreas de concentração sob a coordenação de um professor-membro, representante da área.

SEÇÃO II
Do Credenciamento e Descredenciamento do Corpo Docente

Art. 12 Os membros do corpo docente do Programa serão credenciados pelo Colegiado do Programa, nas categorias fixadas no artigo 10 deste regulamento, na forma estabelecida nos artigos 29 e 30 do Regulamento Geral e em resolução específica do Colegiado do Programa.

SEÇÃO III
Do Orientador: Indicação e Atribuições

Art. 13 Será garantido a todo aluno do PPGEM um orientador, conforme estabelece o artigo 31 do Regulamento Geral.

Art. 14 O artigo 32 do Regulamento Geral fixa os deveres do orientador.

Art. 15 Faculta-se ao aluno o direito de mudança de orientador conforme estabelece o artigo 33 do Regulamento Geral.

Art. 16 Faculta-se ao orientador o direito de abdicar da orientação do aluno conforme estabelece o artigo 34 do Regulamento Geral.

Art. 17 O segundo orientador será definido conforme Artigo 31 do Regulamento Geral.

SUBCAPÍTULO II
DO CORPO DISCENTE

Art. 18 O corpo discente, constituído por todos os alunos matriculados no Programa, é classificado conforme artigo 37 do Regulamento Geral.

Seção I
Dos Alunos Regulares

Art. 19 Serão considerados alunos regulares do Programa aqueles que se enquadrarem no que estabelece o artigo 38 do Regulamento Geral.

Art. 20 O corpo discente regular do Programa tem como obrigações o disposto no artigo 39 do Regulamento Geral.

Parágrafo único. Será exigida dos alunos regulares produção intelectual, conforme o disposto em resolução específica do Colegiado do Programa.

SEÇÃO II
Dos Alunos Especiais

Art. 21 Serão considerados alunos especiais do Programa aqueles que se enquadrarem no que estabelece o artigo 40 do Regulamento Geral.

Art. 22 Dentro de um limite de vagas a ser fixado pelo Colegiado para cada área de concentração, por período letivo e por Curso de Mestrado ou de Doutorado, a Coordenação do PPGEM aceitará a inscrição de alunos especiais em disciplinas isoladas de acordo com o calendário escolar elaborado pelo Programa, sob os preceitos estabelecidos nos artigos 41 e 42 do Regulamento Geral.

Art. 23 Para pleitear o enquadramento na condição de aluno especial, será exigido do graduado o disposto no artigo 43 do Regulamento Geral.

SUBCAPÍTULO III
DA ADMISSÃO AO PROGRAMA**SEÇÃO I**
Da Inscrição e Seleção

Art. 24 Poderão se inscrever no processo de seleção para o PPGEM os candidatos portadores de diploma de graduação em Engenharia Mecânica ou de diploma de outros cursos afins, a critério do Colegiado.

Art. 25 Para ingresso no PPGEM, será realizado anualmente ou semestralmente, a critério do Colegiado, um processo de seleção para candidatos aos níveis de Mestrado e/ou de Doutorado.

§1º A documentação exigida para a inscrição dos candidatos ao Mestrado constará de:

- a) uma ficha de inscrição;
- b) requerimento ao coordenador, solicitando a inscrição no processo seletivo.
- c) uma fotocópia autenticada do Histórico Escolar de graduação mais recente;
- d) uma fotografia recente 3x4;
- e) uma fotocópia autenticada do(s) diploma(s) de graduação ou do(s) certificado(s) de conclusão;
- f) uma fotocópia autenticada das carteiras de identidade-RG e de identificação do contribuinte-CPF;
- g) uma cópia do *Curriculum Vitae*, utilizando o modelo da plataforma Lattes do CNPq;

§2º Além da documentação referida no parágrafo 1º, os candidatos ao Doutorado deverão apresentar, naquilo que couber:

- a) uma fotocópia autenticada do Histórico Escolar do Mestrado mais recente;
- b) uma fotocópia autenticada do diploma ou do certificado de conclusão do Mestrado mais recente;
- c) um plano de Tese com carta de aceitação do provável orientador.

§3º Caberá ao Coordenador o deferimento das inscrições, podendo para isso contar com os trabalhos da Comissão Administrativa.

Art. 26 Os critérios de seleção, o período de inscrição, o local e o número de vagas por área de concentração e por nível de curso serão amplamente divulgados através de Edital.

Art. 27 Havendo convênio firmado entre a UFPB e instituição nacional ou estrangeira, caberá ao Colegiado do Programa o disposto no artigo 49 do Regulamento Geral.

SEÇÃO II Da Matrícula

Art. 28 O candidato aprovado e classificado na seleção deverá efetuar sua matrícula institucional, conforme o que estabelece os artigos 50 e 51 do Regulamento Geral, os artigos 5º e 6º da Resolução nº 34/2014 do Consepe, que alteram respectivamente os artigos 50 e 51 do Regulamento Geral e de acordo com este Regulamento.

Art. 29 Na época fixada no calendário escolar do Programa, antes do início de cada período letivo, o aluno regular ou especial fará sua matrícula em disciplinas na coordenação do Programa, conforme o que estabelece o artigo 52 do Regulamento Geral e os seguintes parágrafos.

§1º Após a aprovação do candidato no processo seletivo, a matrícula inicial será efetuada mediante a apresentação de documentação idêntica à exigida por ocasião da inscrição no Programa.

§2º Após aprovado, o plano de Dissertação ou de Tese pelo Colegiado, conforme determinação do §3º do artigo 6º deste Regulamento, o aluno veterano deverá fazer junto à Secretaria do PPGEM a sua matrícula na atividade acadêmica relacionada ao Trabalho de Dissertação ou Trabalho de Tese.

§3º A matrícula na atividade acadêmica Trabalho de Dissertação ou Trabalho de Tese deverá, obrigatoriamente, ser feita no início de cada período letivo.

Art. 30 A passagem de alunos do mestrado acadêmico do Programa, para o doutorado, sem a necessidade de submissão ao processo de seleção pública desse último nível, será conforme o que estabelece o artigo 53 do Regulamento Geral. e o seguinte requisito:

I - ter integralizado todos os créditos de disciplinas e/ou atividades acadêmicas do Curso de Mestrado.

Art. 31 A transferência de alunos regulares de programa de pós-graduação de mesma área ou de áreas afins, oriundos da UFPB ou de outras instituições, para os cursos oferecidos pelo Programa, será conforme o que estabelece o artigo 54 do Regulamento Geral.

§1º Efetuada a transferência e analisados os procedimentos acadêmicos de aproveitamento de estudos segundo normas deste Regulamento, o mestrando poderá pleitear a alteração da sua categoria para o Curso de Doutorado, segundo os critérios de enquadramento definidos no artigo 30 deste Regulamento.

SEÇÃO III Do Trancamento, Interrupção de Estudos e Cancelamento de Matrícula

Art. 32 O trancamento de matrícula será permitido conforme o que estabelecem os artigos 55 e 56 do Regulamento Geral, e será realizado na secretaria do PPGEM, através do preenchimento do formulário específico.

Art. 33 Será assegurado regime acadêmico especial ao aluno, mediante atestado médico apresentado à coordenação do Programa, conforme o que estabelece o artigo 57 do Regulamento Geral.

Art. 34 Admitir-se-á o cancelamento de matrícula, em qualquer tempo, por solicitação do aluno, correspondendo à sua desvinculação do Programa, conforme Art. 58 do Regulamento Geral.

**SUBCAPÍTULO IV
DO REGIME DIDÁTICO-CIENTÍFICO DO PROGRAMA****SEÇÃO I
Do Funcionamento e dos Prazos**

Art. 35 O curso de mestrado acadêmico, conforme Art. 59 do Regulamento Geral e artigo 7º da Resolução 34/2014 do Consepe que altera o artigo 59 do Regulamento Geral, deverá ser concluído no prazo mínimo de 12 (doze) meses e máximo de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir do mês e ano de início do primeiro período letivo no Programa até a data da efetiva defesa da dissertação.

Parágrafo único. O número de períodos letivos regulares, para as atividades acadêmicas do Curso de Mestrado do PPGEM será de 2 períodos letivos anuais.

Art. 36 O curso de doutorado, conforme Art. 59 do Regulamento Geral, deverá ser concluído no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) meses e máximo de 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir do mês e ano de início do primeiro período letivo no Programa até a data da efetiva defesa da tese.

Parágrafo único. O número de períodos letivos regulares, para as atividades acadêmicas do Curso de Doutorado do PPGEM, será de 2 períodos letivos anuais.

Art 37. Excepcionalmente, o prazo para conclusão dos cursos poderá ser prorrogado de acordo com o artigo 60 do Regulamento Geral.

**SEÇÃO II
Da Estrutura Acadêmica**

Art. 38 O número de créditos necessários à integralização dos componentes curriculares, distribuídos em disciplinas concernentes aos Cursos de Mestrado e Doutorado do Programa, são definidos a seguir:

- I** - para o nível de Mestrado, será exigido o mínimo de 22 créditos dentre os quais deverão ser cursados:
 - a)** 8 créditos em disciplinas obrigatórias do tronco comum das três áreas;
 - b)** 6 créditos em disciplinas obrigatórias por área de concentração;
 - c)** 8 créditos no conjunto de disciplinas optativas e/ou atividades acadêmicas especiais, preferencialmente, na área de concentração.

- II** - para o nível de Doutorado, será exigido o mínimo de 35 créditos dentre os quais deverão ser cursados:
 - a)** 13 créditos em disciplinas obrigatórias do tronco comum das três áreas;
 - b)** 6 créditos em disciplinas obrigatórias por área de concentração;
 - c)** no conjunto de disciplinas optativas e/ou atividades acadêmicas especiais, preferencialmente, na área de concentração: 16 créditos;

Parágrafo único. A classificação, o nome, o número de créditos, eventuais pré-requisitos e as ementas de todos os componentes curriculares pertencentes à Estrutura Acadêmica do PPGEM estão especificados no Anexo II à Resolução que aprovou este regulamento.

Art. 39 O aluno do Curso de mestrado em Engenharia Mecânica, em quaisquer das áreas de concentração, deverá cursar 4 créditos na disciplina Projeto de Pesquisa, os quais estão incluídos nos créditos em disciplinas obrigatórias do tronco comum das três áreas do Art. 39, inciso I.

Art. 40 O aluno do Curso de Doutorado em Engenharia Mecânica, em quaisquer das áreas de concentração, deverá cursar 7 créditos na disciplina Projeto de Pesquisa, os quais estão incluídos nos créditos em disciplinas obrigatórias do tronco comum das três áreas do Art. 39, inciso II.

Art. 41 Os Cursos do PPGEM abrangerão as disciplinas obrigatórias e optativas, das áreas de concentração do domínio comum, de acordo com a Estrutura Acadêmica apresentada no Anexo II a presente Resolução, que também aprovou as ementas das disciplinas.

§ 1º Todas as disciplinas com título Projeto de Pesquisa terão, quando oferecidas, um subtítulo que especificará o teor do projeto a ser desenvolvido, número de créditos, nome do professor responsável e uma proposta de projeto aprovada pelo Colegiado, contendo:

- I – título;
- II – objetivos;
- III – motivação, com fundamentação teórica e revisão bibliográfica;
- IV – metodologia;
- V – cronograma;
- VI – indicadores de Progresso e Avaliação;
- VII – bibliografia.

§ 2º O trabalho final das disciplinas projeto de pesquisa deverá ser entregue em formato de artigo, cujo modelo será fornecido no site do PPGEM, e a apresentação final do projeto deverá contar com a avaliação de pelo menos outro professor doutor, além do orientador.

§ 3º Artigos aceitos para publicação em revistas indexadas pelo *Web of Science* no tema da dissertação/tese, poderão ser utilizados como pedido de dispensa da disciplina, sob aprovação do colegiado.

Art. 42 A disciplina “projeto de dissertação” será de 2 créditos e consistirá no desenvolvimento do projeto final do mestrado e deverá ser cursada nos primeiros 12 meses do curso.

§ 1º - A disciplina “Projeto de Dissertação” deverá contar com a avaliação de pelo menos outro professor doutor, além do orientador.

§ 2º - O prazo definido no caput desse artigo poderá sofrer prorrogação de até 6 (seis) meses com a aprovação do colegiado do PPGEM.

Art. 43 A disciplina “projeto de tese” será de 4 créditos e consistirá no desenvolvimento do projeto final trabalho de doutorado e deverá ser cursada nos primeiros 12 meses do curso.

§ 1º - A disciplina “Projeto de Tese” deverá contar com a avaliação de pelo menos outro professor doutor, além do orientador.

§ 2º - O prazo definido no caput desse artigo poderá sofrer prorrogação de até 6 (seis) meses com a aprovação do colegiado do PPGEM.

Art. 44 Com ementa e número de créditos variáveis, a oferta da disciplina optativa Tópicos Especiais terá por objetivo aprofundar os conhecimentos do corpo discente sobre assuntos específicos, pertencentes às áreas de concentração do PPGEM não cobertos pelas disciplinas regulares.

Art. 45 Ficará restrita a oferta de, no máximo, 2 disciplinas Tópicos Especiais por período letivo e por área de concentração.

Art. 46 O encaminhamento à Coordenação da solicitação de oferta de disciplinas Tópicos Especiais será obrigatoriamente feito por docentes do PPGEM com a antecedência mínima de 2 meses antes do início do período letivo subsequente, contendo um título, objetivo, justificativa, ementa, carga horária e uma estimativa do número de vagas.

Parágrafo único. Caberá ao Colegiado do PPGEM a homologação das solicitações de oferta de disciplinas de que trata o *caput* deste artigo, combinado com o artigo 45 deste Regulamento.

Art. 47 Para fins de contagem de créditos necessários à integralização da disciplina Tópicos Especiais, o aluno regularmente matriculado no Curso de Mestrado poderá cursar o número máximo de créditos igual a 3 (três), e aquele matriculado no Curso de Doutorado terá direito a frequentar o número máximo de créditos igual a 6 (seis).

Art. 48 Com o aval do orientador e aprovação do Colegiado, o aluno regular matriculado no Curso de Mestrado poderá integralizar até 9 créditos de disciplinas optativas de outras áreas do PPGEM ou de Programas de Pós-Graduação da UFPB (disciplinas extracurriculares), desde que possuam caráter de complementação da estrutura acadêmica do programa.

Art. 49 Com o aval do orientador e aprovação do Colegiado, o aluno regular matriculado no Curso de Doutorado poderá integralizar até 12 créditos de disciplinas optativas de outras áreas do PPGEM ou de Programas de Pós-Graduação da UFPB (disciplinas extracurriculares), desde que possuam caráter de complementação da estrutura acadêmica do programa.

Art. 50 A critério do colegiado e por solicitação do orientador, poderão ser atribuídos créditos a atividades acadêmicas a serem desenvolvidas pelo aluno, denominadas de Estudos Especiais, não previstos na estrutura acadêmica do Programa, porém pertinentes à área de concentração do aluno, até o máximo de dois créditos para o mestrado e quatro créditos para o doutorado, conforme estabelece o artigo 68 do Regulamento Geral, além dos seguintes requisitos.

§1º A proposta de solicitação de Estudos Especiais deverá conter um título, o objetivo e o plano de atividades com a carga horária necessária, observando-se a natureza teórica e/ou prática das atividades propostas para fins de contagem dos créditos.

§2º Mediante um breve relatório acadêmico, registrado de forma conveniente a critério da Secretaria do Programa e arquivado na pasta individual do aluno, o orientador atribuirá uma nota referente ao desenvolvimento dos Estudos Especiais, cujo resultado será incluído no Histórico Escolar do discente.

SEÇÃO III

Da Verificação do Desempenho Acadêmico

Art. 51 O sistema de avaliação do rendimento acadêmico do corpo discente de mestrado e de doutorado será conforme os artigos 65, 66, 67 e 68 do Regulamento Geral.

SEÇÃO IV

Do Estágio de Docência

Art. 52 Os alunos regularmente matriculados no Programa poderão, oportunamente, cumprir a atividade acadêmica denominada Estágio de Docência, conforme o que estabelece o artigo 64 do Regulamento Geral e o Anexo II à Resolução que aprovou este Regulamento.

Parágrafo único – O estágio de docência será exercido por alunos regularmente matriculados PPGEM nos cursos de mestrado e doutorado e compreenderá atribuições relativas a encargos acadêmicos a encargos acadêmicos, com participação no ensino supervisionado em 01 (uma) disciplina dos cursos de graduação da UFPB relacionada com a estrutura curricular do PPGEM.

Art. 53 A atividade de estágio de docência será desenvolvida sob a responsabilidade de 01 (um) professor designado pelo departamento encarregado da disciplina e supervisionada pelo orientador do aluno.

Art. 54 Os Alunos de pós-graduação, em nível de mestrado, exercerão a atividade Estágio de Docência I, durante 01 (um) semestre letivo.

Art. 55 Os alunos de pós-graduação, em nível de doutorado, exercerão a atividade Estágio de Docência I (um semestre letivo) e Estágio de Docência II (um semestre letivo), totalizando 2 semestres letivos.

Art. 56 A carga horária atribuída ao aluno para o exercício do Estágio de Docência não poderá ultrapassar 04 (quatro) horas semanais.

Art. 57 A política de aplicação do Estágio Docência implementada pelo Programa deverá estar sempre em consonância com as diretrizes emanadas pelas agências de fomento.

Art. 58 Atividades comprovadas em docência de 3º grau realizadas pelo aluno poderão ser utilizadas para dispensa da atividade Estágio de Docência, com a aprovação do colegiado.

SEÇÃO V

Dos exames de verificação e da capacidade de leitura e interpretação de língua estrangeira

Art. 59 Em cumprimento ao Regimento Geral dos Programas de Pós-graduação da Universidade Federal da Paraíba (Res. 79/2013, modificada pela Res. 34/2014, em seu Art. 8) fica instituído que:

- I – Os exames de verificação da capacidade de leitura e interpretação de língua estrangeira tratados aqui nesta Resolução serão denominados pelo Programa de exame de proficiência em língua estrangeira;
- II – Os alunos de mestrado deverão fazer o exame de proficiência em língua inglesa;
- III – Para os mestrandos o exame de proficiência em língua estrangeira deverá ser apresentado em um prazo máximo de 12 (doze) meses contados a partir da data da matrícula institucional do aluno no PPGEM;
- IV – Os alunos de doutorado farão exame de proficiência em língua estrangeira numa primeira língua, obrigatoriamente o inglês, e numa segunda língua, que poderá ser o francês ou alemão ou espanhol;
- V – Para o doutorado os exames de proficiência em língua estrangeira deverão ser apresentados no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses contados a partir da data da matrícula institucional do aluno no PPGEM;
- VI – Correrão por conta do dos mestrandos e doutorandos as responsabilidades e os custos para realização das provas de proficiência.

Art. 60 As proficiências deverão ser realizadas juntos a Departamentos de Letras Estrangeiras de Universidades Federais ou Estaduais ou por uma comissão interna formada por docentes permanentes do PPGEM. Admite-se também certificados conforme o Art. 64 desta Resolução.

Art. 61 A comprovação de realização do exame de proficiência em língua estrangeira deverá ser feita em nota variando de 0 a 10, sendo 7,0 (sete vírgula zero) a nota mínima requerida para aprovação.

§1º Caso a proficiência seja baseada em conceitos, o conceito deverá vir acompanhado de uma escala que permita a transformação do conceito em nota, que deverá variar de 0 a 10.

§2º Caso o resultado da proficiência seja apenas reprovado ou aprovado, o conceito aprovado será suficiente para comprovação de sucesso no exame de proficiência em língua estrangeira.

Art. 62 Alternativamente, para o exame de proficiência em língua estrangeira, também serão aceitos os certificados e respectivas pontuações mínimas de acordo com a tabela abaixo.

Inglês (nível mínimo)				Francês Alemão (nível mínimo)				Espanhol (nível mínimo)	Italiano (nível mínimo)
OEFL	IBT	OEFL ITP	IELTS	Cambridge Exam	DALF, ELF ou TCF	Cert. do Instituto Goethe	TestDaF	OnSET - Deutsch	Cert. DELE este IIC
B1		500	5,0	B1	B2	B1	B1	B1	B2

Art. 63 Os alunos deverão apresentar as certidões de realização de proficiência ao Colegiado do PPGEM para apreciação, dentro dos prazos estipulados no Art. 61 desta resolução.

Art. 64 Tanto para o mestrado como para o doutorado, a entrega fora dos prazos dos certificados de aprovação nos exames de proficiência, sem aprovação do colegiado, implicará no desligamento do aluno.

SEÇÃO VI**Do Aproveitamento de Estudos em Disciplinas**

Art. 65 A equivalência de disciplinas e a aceitação de créditos dar-se-ão conforme o que estabelece os artigos 70 e 71 do Regulamento Geral e o artigo 10 da Resolução 34/2014 do Consepe que altera o artigo 70 do Regulamento Geral.

Art. 66 Poderá ser aceito o máximo de 15 (quinze) créditos para o curso de Mestrado Acadêmico e o máximo de 22 (vinte e dois) créditos para o curso de Doutorado, a critério do Colegiado.

Art. 67 A partir do pleito de aproveitamento, o Coordenador solicitará parecer dos professores das respectivas disciplinas.

Art. 68 Havendo necessidade, poderá ser indicada ao aluno requerente uma adaptação curricular com a finalidade de complementação de estudos.

Parágrafo único. A adaptação curricular que trata o *caput* deste artigo será acompanhada pelo orientador.

SEÇÃO VII

Do Desligamento e do Abandono do Programa

Art. 69 Além dos casos previstos no Regimento Geral da UFPB, será desligado do Programa o aluno que não atender ao disposto no artigo 72 do Regulamento Geral.

SUBCAPÍTULO V DO TRABALHO FINAL

SEÇÃO I

Do Projeto de Trabalho Final

Art. 70 Os planos de Dissertação e de Tese deverão ser aprovados pelo Colegiado. Os projetos de trabalho final serão elaborados nas disciplinas “Projeto de Dissertação”, para o mestrado, e “Projeto de Tese”, para o doutorado, disciplinados de acordo com os artigos 43 e 44 desta resolução.

Parágrafo único. O Trabalho Final para alunos de mestrado é uma dissertação, e para alunos de doutorado é uma tese.

SEÇÃO II

Dos Exames de Qualificação

Art. 71 As regras e critérios dos exames de qualificação para alunos de doutorado serão definidas em resolução específica do Colegiado do Programa.

Art. 72 Nos exames de que tratam o artigo 63 deste regulamento, aplica-se o artigo 76 do Regulamento Geral, para a definição de conceito “aprovado” ou “reprovado” e de prazos para repetição dos mesmos.

Parágrafo único. As recomendações da comissão examinadora dos exames de que tratam o artigo 63 deste regulamento deverão ser registradas em ata e seu cumprimento supervisionado pelo orientador do aluno.

SEÇÃO III

Da Defesa e Julgamento do Trabalho Final

Art. 73 Para solicitar a defesa do trabalho final o aluno deverá cumprir os seguintes requisitos:

I – quando se tratar de mestrado, ter aprovado um trabalho completo em congresso nacional ou internacional ou ter submetido um artigo científico em periódico indexado na base de dados *Web of Science*, para o mestrado.

II – quando se tratar de doutorado, ter aprovado um trabalho completo em congresso nacional ou internacional e um artigo científico em periódico indexado na base de dados *Web of Science*.

Parágrafo único O artigo científico em periódico indexado na base de dados *Web of Science* que trata o inciso I, deverá constar no texto final da dissertação, cujo mérito também será avaliado pelos membros da banca para que o candidato obtenha grau de mestre.

Art. 74. Para a defesa do trabalho final, deverá o(a) aluno(a), além satisfazer aos seguintes requisitos:

I - se dissertação de mestrado:

a) ter recomendação formal do orientador para a defesa do trabalho final;

b) ter cumprido o número mínimo de créditos em conformidade com o art. 61, inciso I, do regulamento geral;

c) ter apresentado declaração na qual afirme ter observado, para elaboração da dissertação, as diretrizes do Relatório da Comissão de Integridade de Pesquisa do CNPq, instituída pela *Portaria PO-085/2011 de 5 de maio de 2011.*”

II - se tese de doutorado:

- a) ter recomendação formal do orientador para a defesa da tese;
- b) ter cumprido o número mínimo de créditos em conformidade com o art. 61, inciso II, do regulamento geral;
- c) ter sido aprovado no exame de qualificação do doutorado;
- d) ter apresentado declaração na qual afirme ter observado, para elaboração da tese, as diretrizes do Relatório da Comissão de Integridade de Pesquisa do CNPq, instituída pela *Portaria PO-085/2011 de 5 de maio de 2011.*"

§1º Nos impedimentos do orientador, havendo um coorientador ou segundo orientador, este ficará responsável pela recomendação formal mencionada na alínea a do inciso I deste artigo e na alínea a do inciso II deste artigo, bem como pela assistência ao(à) aluno(a).

§2º Nos impedimentos do orientador e na ausência de um coorientador ou segundo orientador, caberá ao colegiado do programa indicar um docente que possa substituir o orientador na atribuição indicada na alínea a do inciso I deste artigo e na alínea a do inciso I deste artigo, bem como na assistência ao(à) aluno(a).

§3º Havendo parecer do orientador não recomendando a defesa do trabalho final, o(a) aluno(a) poderá requerer ao colegiado o exame de seu trabalho, quando então o colegiado designará comissão formada por docentes do programa e ou externos para emitir parecer conclusivo acerca do mérito do trabalho.

Art. 75. A defesa do trabalho final será feita em sessão pública.

§1º Admitir-se-á na UFPB a defesa de trabalho final por meio do sistema de videoconferência, seguindo os mesmos preceitos da defesa presencial como estabelecidos por este regulamento, podendo haver as adaptações de natureza operacional que se fizerem necessárias.

§2º Não é obrigatória a participação do coorientador como membro da banca examinadora.

§3º A apresentação da dissertação ou tese o candidato disporá de um tempo aproximado de 50 minutos.

Art. 76. Para fins de defesa do trabalho final, deverá o(a) aluno(a) requerer ao coordenador a sua apresentação pública com um prazo mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência.

Parágrafo único. O requerimento do(a) aluno(a) deverá estar acompanhado de:

- a) autorização formal do orientador ou orientadores atestando que o trabalho final se encontra em condições de ser apresentado e defendido;
- b) tratando-se de dissertação ou trabalho equivalente, no mínimo cinco exemplares, e de tese, no mínimo sete exemplares;
- c) documentos que comprovem a produção científica, referente ao art. 79.
- d) autorização formal do colegiado nos casos previstos no §3º do art. 80.

Art. 77. O trabalho final será julgado por uma comissão examinadora escolhida na forma estabelecida no art. 15, inciso III, alínea h do regulamento geral, composta pelo(s) orientador(es), sem direito a julgamento, e por:

I - dois especialistas, tratando-se de dissertação ou trabalho equivalente, sendo um externo ao programa, e dois suplentes, sendo um externo ao programa;

II - quatro especialistas, tratando-se de tese, sendo dois externos ao programa, um deles necessariamente externo à instituição, e dois suplentes, sendo um externo à instituição.

§1º A presidência da comissão examinadora será exercida pelo primeiro orientador, no caso da participação de dois orientadores.

§2º Os especialistas a que se referem os incisos I e II deste artigo deverão ser portadores do título de doutor ou livre docente, sem que sejam, necessariamente, docentes.

§3º No caso de impossibilidade da presença do(s) orientador(es), o colegiado ou o coordenador deverá nomear um docente do programa para presidir a comissão examinadora.

§4º A data para a apresentação e defesa do trabalho final será publicada pelo coordenador, ouvido o orientador, no prazo de 15 a 45 dias, contado da recepção, pela coordenação, do requerimento e demais documentos que deverão acompanhá-lo, mencionados no parágrafo único do art. 82 deste regulamento.

§5º Encerrada a sessão pública de apresentação e de defesa do trabalho final, a comissão examinadora, em sessão secreta, deliberará sobre o resultado do exame, que será registrado em ata, devidamente assinada pelos membros da comissão e pelo(a) aluno(a), ao tomar ciência do resultado.

§6º A ata de que trata o parágrafo anterior deverá ser homologada pelo colegiado do programa no prazo máximo de trinta dias.

§7º Após a defesa do trabalho final, sendo o pós-graduando aprovado, a coordenação, quando solicitada, poderá emitir declaração atestando a realização da defesa do trabalho final, mas não da outorga do título, a qual somente ocorrerá após a homologação do relatório final do orientador pelo colegiado do programa.

Art. 78. Para o julgamento do trabalho final será atribuída uma das seguintes menções:

- I - Aprovado;
- II - Insuficiente;
- III - Reprovado.

§1º O candidato ao título de mestre ou doutor somente será considerado aprovado quando receber a menção "Aprovado" pela maioria dos membros da comissão examinadora.

§2º As menções de que trata o caput deste artigo deverão ser baseadas em pareceres individuais dos membros da comissão examinadora.

§3º A atribuição do conceito "Insuficiente" implicará o estabelecimento do prazo máximo de noventa dias para a reelaboração e apresentação da dissertação ou de trabalho equivalente e de cento e oitenta dias para a reelaboração e apresentação da tese, de acordo com as recomendações da banca examinadora.

§4º No caso de ser atribuída a menção "Insuficiente", a comissão examinadora registrará na ata da sessão pública da defesa os motivos da sua atribuição e estabelecerá o prazo máximo dentro dos prazos máximos constantes no §3º deste artigo, para reelaboração do trabalho final.

§5º Na nova apresentação pública do trabalho final, a comissão examinadora deverá ser preferencialmente a mesma e não mais se admitirá a atribuição da menção "Insuficiente".

Art. 79. Após a defesa com aprovação do trabalho final e feitas as devidas correções, quando necessárias, deverá o(a) aluno(a) encaminhar à coordenação do programa, e a cada membro da banca uma cópia em mídia digital da versão final, contendo, obrigatoriamente, a ficha catalográfica fornecida pelo sistema de bibliotecas da UFPB.

§1º O(a) aluno(a) deverá também entregar um exemplar impresso da versão final do trabalho e uma cópia em mídia digital ao sistema de bibliotecas da UFPB.

§2º A homologação do relatório final do orientador pelo colegiado, somente poderá ser feita após a entrega dos exemplares do trabalho na versão final.

Art. 80 As normas para elaboração dos trabalhos de dissertação de mestrado e de tese de doutorado serão definidas resolução específica do Colegiado do Programa.

SUBCAPÍTULO VI DA OBTENÇÃO DO GRAU E EXPEDIÇÃO DO DIPLOMA

Art. 81 Para obter o grau de Mestre ou de Doutor, deverá o aluno, dentro do prazo regimental, ter satisfeito as exigências do Regimento Geral da UFPB, do Art. 84 do Regulamento Geral que trata de produção intelectual discente.

Art. 82 Para outorga do grau respectivo, deverá o aluno ter satisfeito o disposto no artigo 85 do Regulamento Geral e nos artigos 79, 80, 81, 82, 83, 84 e 85 deste Regulamento.

Art. 83 A expedição de diploma de mestre ou de doutor será efetuada conforme o disposto no artigo 86 do Regulamento Geral.

Art. 84 O registro do diploma de mestre ou de doutor, será efetuada conforme o disposto no artigo 87 do Regulamento Geral.

Art. 85 O grau de doutor em regime de cotutela poderá ser concedido conforme o disposto no artigo 88 do Regulamento Geral e na Resolução nº 37/2014 do Consepe.

SUBCAPÍTULO VII DO PLÁGIO

Art. 86 Em casos de plágio acadêmico, serão aplicados os artigos 88-A, 88-B, 88-C, 88- D e 88-E da Resolução nº 34/2014 que altera o Regulamento Geral dos Programas de Pós- Graduação *Stricto Sensu* da UFPB.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

**SUBCAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 87 Para melhor operacionalizar a execução do planejamento acadêmico do Programa, antes do final de cada período letivo em execução, o Coordenador do Programa deverá convocar o Colegiado para cumprir as exigências do disposto no artigo 89 do Regulamento Geral.

Art. 88 O Programa deverá criar e manter sua página eletrônica conforme especifica o artigo 90 do Regulamento Geral.

Art. 89 A UFPB poderá extinguir ou desativar temporariamente o Programa conforme o que estabelece o artigo 91 do Regulamento Geral.

Art. 90 A UFPB deverá prover ao Programa as condições acadêmicas imprescindíveis ao atendimento do aluno portador de necessidades especiais, conforme o que estabelece o artigo 92 do Regulamento Geral.

Art. 91 Sobre os resultados da pesquisa de trabalho final deverá ser observado o que estabelece o artigo 93 do Regulamento Geral.

Art. 92 Por decisão do Colegiado do PPGEM, poderão ser criadas novas disciplinas desde que a sua implantação seja justificada pelo respectivo professor, discutida em reunião da área de concentração concernente e, quando couber, analisada pela Comissão Administrativa, observando-se o disposto nos incisos seguintes:

I - para implantação de nova disciplina, o número de créditos e a ementa deverão ser aprovados pelo Colegiado, ouvido o Departamento ofertante da disciplina;

II - a implantação de novas disciplinas obedecerá aos procedimentos de encaminhamento fixados pelo artigo 11 do Regulamento Geral.

Art. 93 Qualquer disciplina 'Tópicos Especiais', versando sobre o mesmo tema e contendo a mesma ementa ministrada por 2 anos letivos consecutivos a alunos regularmente matriculados no Programa, poderá ser convertida em disciplina optativa enquadrada na área de concentração equivalente, passando a pertencer à Estrutura Acadêmica, a critério do Colegiado, observados procedimentos indicados no artigo 97 deste Regulamento.

Art. 94 Propostas de alteração do Regulamento do PPGEM deverão ser aprovadas conforme estabelece o Art. 10 do Regulamento Geral.

**SUBCAPÍTULO II
DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

Art. 95 As disposições transitórias seguem o que estabelecem os artigos 95, 96 e 97 do Regulamento Geral.

Parágrafo único. Será permitido a qualquer aluno regularmente matriculado enquadrar-se neste regulamento, conforme solicitação formal.

Art. 96 O presente Regulamento, Anexo I à Resolução nº xx/2018 do Consepe, entrará em vigor na data da publicação dessa Resolução do Consepe, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO II À RESOLUÇÃO Nº 13/2019 DO CONSEPE

ESTRUTURA ACADÊMICA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM ENGENHARIA MECÂNICA DO CENTRO DE TECNOLOGIA, COM A OFERTA DOS CURSOS DE MESTRADO ACADÊMICO E DE DOUTORADO

I – COMPONENTES CURRICULARES INTEGRANTES DA ESTRUTURA ACADÊMICA

Os componentes curriculares do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica- PPGEM, compreendendo disciplinas teóricas e atividades acadêmicas, serão executados de acordo com as áreas de concentração definidas segundo o §1º do artigo 1º do Regulamento do PPGEM (Anexo I da Resolução nº 6xx/2018 do Consepe).

O departamento responsável pelas disciplinas do PPGEM será o Departamento de Engenharia Mecânica da UFPB, porém, professores de outros departamentos poderão ministrar disciplinas no PPGEM com aprovação do colegiado.

A – DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS COMUNS ÀS ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO DOS CURSOS DE MESTRADO ACADÊMICO E DE DOUTORADO:

Nos termos do Regulamento do PPGEM, os alunos de Mestrado deverão cumprir **8 créditos** e de Doutorado **13 créditos** das disciplinas comuns às 3 áreas de concentração, indicadas no Quadro A abaixo:

Quadro A

Nº	IDENTIFICAÇÃO DAS DISCIPLINAS	NÚMERO DE CRÉDITOS			CARGA HOR.	OBRIGATORIEDADE
		TEÓRICA	PRÁTICA	TOTAL		
1	Produção Científica	2	0	2	30	sim
2	Projeto de dissertação	2	0	2	30	sim
3	Projeto de tese	4	0	4	60	sim
4	Projeto de pesquisa I	4	0	4	60	sim
5	Projeto de pesquisa II*	4	0	4	60	sim
6	Projeto de pesquisa III*	3	0	3	45	sim

* Disciplinas exclusivas do doutorado

B – DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS DOS CURSOS DE MESTRADO ACADÊMICO E DE DOUTORADO POR ÁREA DE CONCENTRAÇÃO:

Nos termos da alínea b, incisos I e II do artigo 39 do Regulamento do PPGEM, os alunos de Mestrado e de Doutorado deverão cumprir **6 créditos** das disciplinas obrigatórias de acordo com a respectiva área de concentração, indicadas nos Quadros B.1, B.2 e B.3 a seguir:

B.1 – ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM TERMOFLUIDOS:

Quadro B.1:

Nº	IDENTIFICAÇÃO DAS DISCIPLINAS	NÚMERO DE CRÉDITOS			CARGA HOR.(**)
		TEÓRICA	PRÁTICA	TOTAL	
1	Termodinâmica	3	0	3	45
2	Mecânica dos Fluidos	3	0	3	45

B.2 – ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM PROCESSOS DE FABRICAÇÃO:

Quadro B.2:

Nº	IDENTIFICAÇÃO DAS DISCIPLINAS	NÚMERO DE CRÉDITOS			CARGA HOR.(**)
		TEÓRICA	PRÁTICA	TOTAL	
1	Metalurgia Física	3	0	3	45
2	Estrutura e Propriedade dos Materiais	3	0	3	45

B.3 - ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DINÂMICA E CONTROLE DE SISTEMAS MECÂNICOS:

Quadro B.3:

Nº	IDENTIFICAÇÃO DAS DISCIPLINAS	NÚMERO DE CRÉDITOS			CARGA HOR.(**)
		TEÓRICA	PRÁTICA	TOTAL	
1	Servomecanismos e Controle	3	0	3	45
2	Controle I Pré-requisito: Servomecanismos e Controle	3	0	3	45

C – DISCIPLINAS OPTATIVAS DOS CURSOS DE MESTRADO ACADÊMICO E DE DOUTORADO POR ÁREA DE CONCENTRAÇÃO:

Nos termos da alínea c, incisos I e II do artigo 39 do Regulamento do PPGEM, os alunos de Mestrado estarão obrigados a integralizar, no mínimo, **8 créditos** e os de Doutorado deverão cumprir, no mínimo, **16 créditos**, dentre as **disciplinas** indicadas nos **Quadros C.1, C.2 e C.3** (de acordo com as respectivas áreas de concentração), disciplinas extracurriculares e as disciplinas optativas comuns a todas as áreas e **atividades acadêmicas** (com a ressalva do §2º do **artigo 61** do Regulamento Geral) relacionadas no **Quadro D**, a seguir:

C.1 - ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM TERMOFLUIDOS: Quatro C.1:

Nº	IDENTIFICAÇÃO DAS DISCIPLINAS	NÚMERO DE CRÉDITOS			CARGA HOR.(**)
		TEÓRICA	PRÁTICA	TOTAL	
1	Transferência de Calor por Condução	3	0	3	45
2	Transferência de Calor por Convecção	3	0	3	45
3	Refrigeração e Ar Condicionado	3	0	3	45
4	Aproveitamento da Energia Solar	3	0	3	45
5	Análise da Difusão de Calor e Massa	3	0	3	45
6	Cogeração	3	0	3	45
7	Refrigeração por absorção	3	0	3	45
8	Tópicos Especiais	1-3	0	1-3	15-45

C.2 - ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM PROCESSOS DE FABRICAÇÃO:

Quadro C.2:

Nº	IDENTIFICAÇÃO DAS DISCIPLINAS	NÚMERO DE CRÉDITOS			CARGA HOR.(**)
		TEÓRICA	PRÁTICA	TOTAL	
1	Termodinâmica dos Materiais	3	0	3	45
2	Cristalografia e Difração de Raios-X	3	0	3	45
3	Tecnologia da Soldagem	3	0	3	45
4	Ensaio Mecânicos dos Materiais	3	0	3	45
5	Caracterização dos Materiais	3	0	3	45
6	Planejamento de Experimentos	3	0	3	45
7	Processamento de Materiais Particulados	3	0	3	45
8	Transformações de Fases	3	0	3	45
9	Solidificação	3	0	3	45
10	Tópicos Especiais	1-3	0	1-3	15-45

C.3 - ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DINÂMICA E CONTROLE DE SISTEMAS MECÂNICOS:**Quadro C.3:**

Nº	IDENTIFICAÇÃO DAS DISCIPLINAS	NÚMERO DE CRÉDITOS			CARGA HOR. (**)
		TEÓRICA	PRÁTICA	TOTAL	
1	Vibrações Mecânicas	3	0	3	45
2	Instrumentação	3	0	3	45
3	Identificação de Sistemas	3	0	3	45
4	Metrologia Assistida por Computador	3	0	3	45
5	Inteligência Artificial	3	0	3	45
6	Otimização de sistemas	3	0	3	45
7	Tópicos Especiais	1-3	0	1-3	15-45

D – ATIVIDADES ACADÊMICAS E DISCIPLINAS OPTATIVAS PARA OS CURSOS DE MESTRADO E DOUTORADO COMUNS ÀS ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO:

Conforme o artigo 64 do Regulamento Geral e o artigo 47 do Regulamento do PPGEM, a atividade acadêmica Estágio Docência, de concepção prática em disciplinas de graduação, será desenvolvida pelo aluno nos termos da Resolução nº 26/99 do Consep até o limite de carga horária permitido e será acompanhada pelo Orientador e também pelo professor da disciplina. Ao término da atividade, o aluno preparará um relatório final a ser submetido ao Colegiado do Programa, em atendimento ao §6º do artigo 64 do Regulamento Geral. O Estágio de Docência será, entretanto, uma atividade obrigatória para os alunos bolsistas da demanda social da Capes, cujo relatório final será avaliado também pela Comissão de Bolsa. O Estágio Docência I será reservado aos alunos de Mestrado e os Estágios Docência I e II, aos alunos de Doutorado.

Não serão computados créditos, na atividade acadêmica de Estágio Docência, na integralização dos respectivos Cursos.

Quadro D:

Nº	IDENTIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE CRÉDITOS			CARGA HOR. (*)
		TEÓRICA	PRÁTICA	TOTAL	
1	Estágio Docência I	0	0	0	60
2	Estágio Docência II	0	0	0	60
3	Estudos Especiais (**)	1-4	0	1-4	15-60
4	Métodos Numéricos	3	0	3	45
5	Planejamento de experimentos	3	0	3	45
6	Matemática aplicada	5	0	5	75
7	Aquisição e Processamento de Sinais	3	0	3	45

Obs.: Legenda referente aos Quadros A, B, C e D.

(*) 1 crédito teórico = 15 horas-aula de atividades teóricas de ensino;

1 crédito prático = 30 horas-aula de atividades práticas de ensino em acordo com as normas internas da UFPB

(**) Os créditos indicados corresponderão a cargas horárias mínima e máxima.

II - EMENTÁRIO DOS COMPONENTES CURRICULARES INTEGRANTES DA ESTRUTURA ACADÊMICA**A – DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS DO TRONCO COMUM ÀS ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO DOS CURSOS DE DOUTORADO E DE MESTRADO:**

- 1. Produção científica** – estudos de órgãos indexadores e indicadores de avaliação de periódicos; plágio; desenvolvimento de estado da arte e construção de texto científico, apresentações de trabalhos por alunos.
- 2. Projeto de dissertação** – desenvolvimento do plano de trabalho do mestrado com tópicos relativos ao desenvolvimento da dissertação, detalhamento da metodologia e atualização de cronogramas.
- 3. Projeto de tese** – desenvolvimento do plano de trabalho do doutorado com tópicos relativos ao desenvolvimento da tese, detalhamento da metodologia e atualização de cronogramas.
- 4. Projeto de pesquisa I, II e III** – estudo e desenvolvimento teóricos e/ou experimentais de temas específicos da tese/dissertação voltados à produção de artigos científicos.

B – DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS DOS CURSOS DE MESTRADO E DE DOUTORADO POR ÁREA DE CONCENTRAÇÃO:

B.1 – ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM TERMOFLUIDOS:

1. Termodinâmica

Conceitos termodinâmicos. Energia e Primeira lei da termodinâmica. Propriedades de uma substância pura. Balanços de energia. Segunda Lei da termodinâmica. Entropia. Análise de disponibilidade.

2. Mecânica dos Fluidos

Propriedades Físicas dos Fluidos. Hipóteses do Contínuo. Cinemática do Escoamento e o Tensor Deformação. Teorema de Transporte de Reynolds. Princípios da Conservação. Equação de Navier-Stokes. Grupos Adimensionais e Similaridade Dinâmica. Escoamento de Fluidos não Viscosos. Arrasto e Sustentação. Escoamento Potencial. Teoria da Camada Limite. Tensões de Reynolds e Escoamento Turbulento.

B.2 – ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM PROCESSOS DE FABRICAÇÃO:

1. Metalurgia Física

Resistência Teórica dos Metais. Teoria das Discordâncias. Sistemas de Deslizamento em Redes Cúbicas e Hexagonais. Interação entre Discordâncias e Imperfeições Cristalinas. Deformação Plástica: Encruamento, Recuperação, Recristalização e Crescimento de Grão. Teoria de Aumento de Resistência Mecânica pela Introdução de Solutos e Partículas de Segunda Fase. Endurecimento por Precipitação: Interfaces Coerentes Incoerentes e Formação de Zonas GP. Equação de Orowan. Propriedades e Microestruturas de Ligas não Ferrosas. Termodinâmica das Lacunas. Teoria de Difusão em Sólidos. Diagramas de Fase Binários e Ternários.

2. Estrutura e Propriedade dos Materiais

Estrutura dos Sólidos Cristalinos: Geometrias das Células Unitárias, Direções e Planos Cristalinos. Imperfeições nos Sólidos: Vacâncias, Divacâncias, Átomos Substitucionais e Intersticiais, Discordâncias e Contornos de Grão. Mecanismos de Aumento de Resistência Mecânica: Equação de Hall-Petch e Orowan. Estrutura e Propriedades dos Materiais Metálicos.

B.3 - ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DINÂMICA E CONTROLE DE SISTEMAS MECÂNICOS:

1. Servomecanismos e Controle

O Controle Automático. Fundamentos Matemáticos para Análise e Projeto de Sistemas de Controle Automático. Modelagem Matemática de Sistemas Mecânicos e Eletromecânicos: Função de Transferência, Diagrama de Blocos, Representação de Sistemas no Espaço de Estados, Análise de Resposta Transitória de Sistemas de Primeira e Segunda Ordem. Critério de Estabilidade de Routh-Hurwitz. Análise pelo Método do Lugar das Raízes. Análise no Domínio da Freqüência. Ações Básicas de Controle.

2. Controle I

Projeto de Sistemas de Controle Convencionais. Realização Mínima de Função de Transferência de Sistemas Lineares. Análise de Sistemas Compostos. Realimentação de Estados e de Saída. Alocação de Pólos. Estimadores de Estado.

C – DISCIPLINAS OPTATIVAS DOS CURSOS DE DOUTORADO E DE MESTRADO POR ÁREA DE CONCENTRAÇÃO:

C.1 - ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM TERMOFLUIDOS:

1. Transferência de Calor por Condução

Fundamentos da Condução de Calor. A Propriedade Condutividade Térmica dos Materiais e a Equação de Fourier. Formulação Integral e Diferencial. Condução Estacionária e Transiente em até 3 Dimensões. Soluções Analíticas usando Função de Bessel, Transformada de Laplace e Separação de Variáveis. Uso de Soluções Analíticas Exatas e Aproximadas e Soluções Numéricas. Problemas não Lineares com Mudança de Fase. Condução em Meios Anisotrópicos.

2. Transferência de Calor por Convecção

Formas de Transferências do Calor. Coordenadas Euleriana e Lagrangeana. Teorema do Transporte de Reynolds. Obtenção da Equação Geral da Convecção em Convecção Forçada e Convecção Natural. Métodos de Soluções dos Problemas de Convecção. Convecção Permanente na Entrada Térmica. Separação de Variável. Problema de Autovalor Associado. Convecção Forçada em Dutos Retangulares. Escoamento da Camada Limite (Navier-Stokes): Solução Híbrida e Solução Numérica. Convecção Forçada em Dutos Circulares: Análise de Entrada Térmica e Análise do Escoamento em Desenvolvimento Simultâneo. Convecção Natural. Análise da Convecção em Cavidades. Convecção em Sistemas Acoplados de Calor e Massa.

3. Refrigeração e Ar Condicionado

Fundamentos da Refrigeração. Refrigeração por Compressão. Sistema em Vários Estágios. Ciclos Combinados. Refrigeração por Absorção. Refrigeração por Adsorção. Bombas de Calor. Propriedades de Refrigerantes. Pares Refrigerantes para Sorção. Psicrometria. Processos de Desumidificação. Efeito Termoelétrico. Sistemas de Condicionamento de Ar.

4. Aproveitamento da Energia Solar

O Sol e seu movimento aparente. Radiação Solar. Direção da Radiação. Disponibilidade de Radiação ao Nível do Solo. Propriedades radiativas de superfícies. Transmissão de radiação em vidros. Medição e estimativa da radiação solar. Coletores solares planos. Energia útil coletada. Formas gerais de utilização da energia solar. Introdução à energia solar fotovoltaica.

5. Análise da Difusão de Calor e Massa

Derivação das Equações Básicas de Balanço. Classificação dos Problemas de Difusão de Calor e Massa. Transformação de Coordenadas. Redução para Problemas Dimensional. Soluções Gerais. Problema de Classe 1. Problema de Autovalor. Sistemas de Coordenadas e Separação de Variáveis. Problemas de Sturm-Liouville. Equações Transcendentais. Método de Runge Kutta. Método de Runge Kutta Melhorado. Método da Contagem de Sinal. Problema de Classe 2 a 7. Técnica de Transferência Integral Clássica. Sistemas de Problemas de Bases Parabólicas e Elípticas. Sistemas de Equações Diferenciais Ordinárias. Sistemas Lineares. Métodos Numéricos e Sistemas Stiffs. Sistemas Infinitos e Soluções. Problemas com Coeficientes Variáveis no Contorno. Problemas de Difusão-Convecção.

6. Cogeração

Energia – Conceito e definição. Geração de Energia – Matriz Energética. Energia elétrica. Fonte e fornecimento - geração térmica. Mercado e regulação. Avaliação e Metodologia de auditoria técnica. Projetos especiais

7. Refrigeração por Absorção

Fundamentos dos ciclos de absorção, propriedades dos fluidos de trabalho para os ciclos de absorção, Processos Termodinâmicos com Misturas usadas na absorção, o processo de absorção, o processo de estrangulamento, calor de mistura, e mistura com lacunas, fenômeno do calor em evaporação, processos básicos na região de vaporização, o processo de absorção, Tecnologia e preocupações associadas a água - Brometo de Lítio, Tecnologia associada água - amônia, Sistema simples efeito água brometo de lítio, sistema de duplo efeito água brometo de lítio, sistema de água - amônia, projetos de sistemas avançados para água- brometo de lítio e água-água- amônia.

8. Tópicos Especiais

Explicação de tópicos de interesse da respectiva área de concentração, com ementa livre aprovada pelo Colegiado.

C.2 - ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM PROCESSOS DE FABRICAÇÃO:

1. Termodinâmica dos Materiais

As leis fundamentais da termodinâmica. Conceito de energia livre. Termodinâmica estatística. Condições de equilíbrio. Termodinâmica de soluções. Termodinâmica de interfaces. Diagrama de fase. Conceitos de Solubilidade.

2. Cristalografia e Difração de Raios X

Princípios Básicos da Cristalografia. Propriedades, Produção e Detecção de Raios X. Difração de Raios X. Difração de Neutrons e de Elétrons. Métodos Difratoográficos: Laue, Debye-Scherrer e Rotação. Difração de Raios X para Materiais Mono/Polícristalinos e Análise da Estruturados Cristais. Análise Química Quantitativa por Difração. Transformações polimórficas. Difração de raios-X e métodos de identificação de substâncias

3. Tecnologia da Soldagem.

Principais processos de soldagem utilizados na fabricação industrial; física do arco elétrico; fontes de energia para controle do arco elétrico; transferência metálica; medição de tensão e corrente. Fundamentos da metalurgia; características da solidificação da solda; ciclo térmico e transformações microestruturais; estruturas da zona fundida e da zona termicamente afetada pelo calor; soldabilidade e fatores influentes; descontinuidade em juntas soldadas.

4. Ensaio Mecânicos dos Materiais

Conceito de Propriedades Mecânicas: Resposta de um Material a um Esforço, Deformação Elástica e Deformação Plástica. Teoria e Prática de Ensaio Mecânicos: Ensaio de Tração e Compressão, Ensaio de Flexão, Dureza, Fluência, Fadiga e Impacto. Determinação do Módulo de Elasticidade, Extensimetria. Elementos da Teoria de Discordâncias. Influência dos Tratamentos Térmicos. Análise de Superfícies de Fratura. Noções Sobre Ensaio Não Destrutivos.

5. Caracterização dos Materiais

Introdução à Estrutura dos Materiais, Determinação Estrutural de Cristais, Geração e Características de Raios X, Difração de Raios X – Fundamentação Teórica e Aplicação na Caracterização de Materiais; Espectroscopia por Fluorescência de Raios X – Aspectos Teóricos e Rendimento de Raios X, Tipos de Detectores, Excitação com Elétrons – Utilização em Conjunto com a Microscopia Eletrônica; Análise Térmica – (TG, DTA, DSC, TMA, DMA), Princípios, Fatores Influentes, Aplicação em Tecnologia de Materiais; Microscopia Ótica – Princípio, Contrastes, Aplicações e Limitações da Técnica; Microscopia Eletrônica de Varredura e Transmissão, Interação Elétrons Matéria, Tipos de Contrastes e Detectores, Preparação de Amostra, Microanálises; Espectroscopia Vibracional, Vibração Molecular e Princípios da Espectroscopia Vibracional, Espectroscopia de Infravermelho, Espectroscopia Raman, Métodos Quantitativos e Qualitativos.

6. Planejamento de Experimentos

Normalização da produção acadêmica. Planejamento de experimentos: Análise fatorial de experimentos; Modelagem Empírica: Modelo Matemático, Análise de Variância e Significância Estatística. Otimização Experimental: Método de Superfície de Resposta, Método Simplex Básico e Método Simplex Modificado, Simplex Lattice. Estudos de Casos. Apresentação de Projetos.

7. Processamento de Materiais Particulados

Introdução a Materiais Particulados. Produção de Pós: Propriedades, Caracterização e Mistura. Compactação. Fatores que Influenciam o Empacotamento e Controle de Porosidade. Sinterização: Teoria e Prática. Controle de Atmosfera de Sinterização, Sinterização com Fase Líquida. Sinterização Assistida por Pressão. Processamento por Injeção. Aplicações na Metalurgia e na Indústria Cerâmica.

8. Transformações de Fases

Termodinâmica e Cinética das Transformações: Uso de Modelos, Processos Termicamente Ativados. Soluções Sólidas: Curvas de Energia Livre em Função da Composição, Soluções Sólidas Ideais e Regulares, Curvas de Energia Livre e Diagrama de Fases, Metaestabilidade. Difusão no Estado Sólido: Leis de Fick, Mecanismos Atômicos, Difusão em Ligas, Difusão por Contornos de Grão. Nucleação e Crescimento: Nucleação com Barreira de Energia de Superfície, Nucleação em Estado Sólido, Nucleação Heterogênea, Crescimento Controlado por Interface, Crescimento Controlado por Difusão, Decomposição da Austenita por Difusão. Transformações Martensíticas e Bainíticas.

9. Solidificação

Nucleação e crescimento; Redistribuição de soluto; Estruturas de solidificação; Ligas eutéticas, peritéticas e monotéticas; Macroestruturas de solidificação; Segregação e defeitos; Fenômenos de transporte em solidificação; Modelagem numérica da solidificação.

10. Tópicos Especiais

Explicação de tópicos de interesse da respectiva área de concentração, com ementa livre aprovada pelo Colegiado.

C.3 - ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DINÂMICA E CONTROLE DE SISTEMAS MECÂNICOS:**1. Vibrações Mecânicas**

Caracterização de um Problema de Vibração. Obtenção da Equação de Movimento. Vibração Livre e Forçada sem e com Amortecimento de Sistemas de Um e Vários Graus de Liberdade. Solução das Equações Diferenciais de Movimento de Sistemas de Um e Vários Graus de Liberdade. Análise de Vibração no Domínio da Frequência. Vibração de Sistemas Contínuos. Aplicações.

2. Instrumentação

Conceitos básicos de metrologia. Modelos de sistemas generalizados de medição. Fontes de erros de medição. Técnicas de correção e de compensação. Medição de grandezas elétricas. Sensores e transdutores para medições mecânicas. Circuitos condicionadores de sinais. Automação da medição. Atuadores.

3. Identificação de Sistemas

Noções básicas sobre Identificação, modelagem de sistemas dinâmicos, métodos clássicos para modelagem de processos, identificação de sistemas, representação por equações a diferenças, exemplos simulados e práticos de identificação.

4. Metrologia Assistida por Computador

Introdução à Engenharia de Precisão. Metrologia Aplicada à Fabricação. Sistema Laser Interferométrico. Planicidade de Superfícies. Medição em Processo. Máquinas de Medição por Coordenadas (MMCs) Comandadas Numericamente por Computador. Inspeção Assistida por Computador. Incerteza de Medição.

5. Inteligência Artificial

Principais Técnicas de Resolução de Problemas; Deep Learning; Redes Neurais artificiais; Lógica Nebulosa; Outras técnicas selecionadas e Soluções Mistas.

6. Otimização de Sistemas

Temas de Otimização. Teoria clássica do máximo e do mínimo. Método dos multiplicadores de Lagrange. Problemas de otimização restringida. Programação linear. O método Simplex. Noções de dualidade em programação linear. Programação não linear. Condições de otimalidade. Algoritmos de programação não linear. Programação dinâmica. Programação dinâmica estocástica. Algoritmo genético.

7. Tópicos Especiais

Explicação de tópicos de interesse da respectiva área de concentração, com ementa livre, aprovada pelo Colegiado.

D – DISCIPLINAS E ATIVIDADES ACADÊMICAS OPTATIVAS PARA OS CURSOS DE DOUTORADO E MESTRADO COMUNS ÀS ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO:

1. Estágio Docência I e II

A atividade acadêmica do Estágio Docência será desenvolvida pelo aluno nos termos da Resolução nº 26/99 do Consep, do artigo 64 do Regulamento Geral e do artigo 47 do Regulamento do PPGEM. Trata-se de uma atividade individual com atuação em disciplina, preferencialmente, do Curso de Graduação em Engenharia Mecânica do CT.

2. Estudos Especiais

Os Estudos Especiais obedecerão ao disposto no artigo 63 do Regulamento Geral e no artigo 46 do Regulamento do PPGEM.

3. Métodos Numéricos

Princípios Variacionais e Métodos dos Resíduos Ponderados. Método dos Elementos Finitos (MEF): análise estática e dinâmica de sólidos e estruturas. Método dos Elementos de Contorno (MEC) e suas aplicações na análise estática e dinâmica de barras.

4. Planejamento de Experimentos

Normalização da produção acadêmica. Planejamento de experimentos: Análise fatorial de experimentos; Modelagem Empírica: Modelo Matemático, Análise de Variância e Significância Estatística. Otimização Experimental: Método de Superfície de Resposta, Método Simplex Básico e Método Simplex Modificado, Simplex Lattice. Estudos de Casos. Apresentação de Projetos.

5. Matemática Aplicada

Espaços Vetoriais e Bases. Representação Matricial de um Operador Linear. Autovalores- Autovetores e Aplicações. Solução de Sistemas Lineares por Métodos Diretos e Iterativos. Equações Diferenciais Ordinárias de Primeira e Segunda Ordens. Resoluções em Séries de Potência. Transformada de Laplace. Séries de Fourier. Equações Diferenciais Parciais. Separação de Variáveis. Equação da Onda, da Difusão e de Laplace. Análise Vetorial. Integração Vetorial. Teoremas de Gauss e Stokes. Introdução à Análise Tensorial e ao Cálculo Variacional.

6. Aquisição e Processamento de Sinais

Introdução aos sistemas de aquisição e suas configurações; conversão de sinais analógicos em sinais digitais; conversão de sinais digitais em sinais analógicos; entrada e saída de sinais em sistemas de aquisição e controle de dados; conceitos de amostragem de sinais; taxa de amostragem; frequência de Nyquist; ambiguidade de amplitude; resolução de frequência; seleção da taxa de amostragem e número de amostras; transformada de Fourier; análise espectral; trabalhos experimentais com sinais analógicos de entrada e saída e sinais digitais I/O.

RESOLUÇÃO Nº 14/2019

Aprova o Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Pedagogia, modalidade Licenciatura, do Centro de Ciências Aplicadas e Educação – CCAE, Campus IV, desta Universidade.

O CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, da Universidade Federal da Paraíba, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que deliberou em reunião realizada em 15 de abril de 2019 (Processo nº 23074.064974/2018-91),

Considerando os critérios e os padrões de qualidade estabelecidos pela UFPB para formação de profissionais;

Considerando a importância de um Projeto Político Pedagógico dinâmico e atual que estará em constante processo de avaliação;

Considerando as justificativas apresentadas, pelos proponentes da criação do Curso de Graduação em Pedagogia, modalidade Licenciatura, do Centro de Ciências Aplicadas e Educação – CCAE, Campus IV, desta Universidade, no Processo nº 23074.064974/2018-91;

Considerando a Lei 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - que orienta a elaboração curricular;

Considerando o Parecer CNE/CP nº 5/2005, diretrizes curriculares nacionais para o curso de Pedagogia;

Considerando o Parecer CNE/CP nº 03/2006, Reexame do Parecer CNE/CP nº 5/2005, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia;

Considerando a Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura;

a Lei 10.436, de 24 de abril de 2002, dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências;

a Lei nº 12.796 de 4 de abril de 2013, que altera a Lei 9.394/96, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008, sobre a obrigatoriedade da temática História e cultura Afro-Brasileira e Indígena;

Considerando a Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004, Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;

Considerando a Lei nº 11.769 de 18 de agosto de 2008, dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de Música na Educação Básica;

Considerando a Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, dispõe sobre o estágio de estudantes;

Considerando a Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;

Considerando a Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012, estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental;

Considerando o Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005, regulamenta o Art. 80 da Lei 9.394/96;

Considerando a Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada;

Considerando a Resolução nº 07/2010 CONSEPE, estabelece normas de elaboração e de reformulação do Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação da UFPB;

Considerando a Resolução nº 16/2015 CONSEPE, aprova o Regulamento dos Cursos Regulares de Graduação da Universidade Federal da Paraíba;

Considerando a Resolução nº 47/2007 CONSEPE, dispõe sobre normas para a realização de Estágios Curriculares Supervisionados na Universidade Federal da Paraíba;

Considerando a Resolução CNE/CP Nº 2 de 1º de julho de 2015, dispõe sobre Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Pedagogia, modalidade Licenciatura, do Centro de Ciências Aplicadas e Educação – CCAE, Campus IV, desta Universidade.

§ 1º Compreende-se o Projeto Político Pedagógico do Curso como sendo o conjunto de ações sócio-políticas e técnico-pedagógicas relativas à formação profissional que se destina a orientar a concretização curricular do referido Curso.

§ 2º As definições relativas aos objetivos do Curso, perfil profissional, competências, atitudes e habilidades, e campo de atuação dos formandos encontram-se relacionadas no Anexo I.

Art. 2º O Curso de Graduação em Pedagogia, modalidade Licenciatura, do Centro de Ciências Aplicadas e Educação – CCAE, tem como finalidade conferir o grau de Licenciado aos alunos que cumprirem as determinações constantes da presente Resolução.

Art. 3º O Curso de Graduação em Pedagogia, modalidade Licenciatura, terá a duração mínima de 09 (nove) períodos letivos e duração máxima de 14 (quatorze) períodos letivos e o currículo será integralizado em 3.480 (três mil, quatrocentas e oitenta) horas/aula correspondentes a 232 (duzentos e trinta e dois créditos).

§ 1º Será permitida a matrícula em no máximo 26 (vinte e seis) e no mínimo 16 (dezesesseis) créditos por período letivo.

Art. 4º A composição curricular, integrante do Projeto Político-Pedagógico, resulta de conteúdos fixados de acordo com as especificações abaixo, que são desdobrados conforme especificado no Anexo II:

**Curso de Graduação em Pedagogia, com área de aprofundamento em Educação do Campo
Modalidade: Licenciatura**

Conteúdos Curriculares	Carga Horária	Créditos	%
1. Conteúdos Básicos Profissionais	1.755	117	50,43%
1.1 Conteúdos Obrigatórios	900	60	25,86%
1.2. Prática Pedagógica			11,64%
1.3. Estágio Supervisionado	405	27	12,93%
	450	30	
2. Conteúdos Complementares	1.725	115	49,57%
2.1. Conteúdos Complementares Obrigatórios	1.320	88	37,93%
2.2. Conteúdos Complementares Optativos	180	12	5,17%
2.3. Conteúdos Complementares Flexíveis	225	15	6,47%
TOTAL GERAL	3.480	232	100%

Art. 5º. As modalidades de componentes curriculares serão as seguintes:

I – disciplinas;

II – atividades;

- a) atividades de iniciação à pesquisa e/ou extensão;
- b) seminários - discussões temáticas;
- c) atividades de monitoria;
- d) elaboração de trabalho de conclusão de curso;
- e) participação em projetos de iniciação científica e extensão;
- f) participação em eventos;
- g) oficinas e congêneres;

III – estágios.

§ 1º O Estágio Supervisionado de Ensino para o Curso de Pedagogia, com área de aprofundamento em Educação do Campo, modalidade Licenciatura, terá duração de 450 horas-aula, correspondentes a 30 créditos.

§ 2º Nos Conteúdos Complementares Obrigatórios serão incluídas as disciplinas que incorporam conteúdos de Metodologia do Trabalho Científico e Pesquisa Aplicada, que constituirão a base para o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC).

§ 3º As modalidades de componentes previstas nos incisos II e III e os conteúdos complementares flexíveis serão regulamentados pelo Colegiado do Curso para fins de integralização curricular.

Art. 6º O Curso adotará o regime acadêmico de créditos.

Parágrafo único. A estruturação curricular, resultante da lógica de organização do conhecimento, em semestres letivos, será feita conforme especificado no Anexo III.

Art. 7º O Projeto Político-Pedagógico de que trata a presente Resolução será acompanhado e avaliado pelo Colegiado do Curso.

Art. 8º Serão vedadas alterações, num prazo inferior a 09 (nove) períodos letivos, ressalvados os casos de adaptação às normas emanadas pelo CNE e pelo CONSEPE, considerando também as emergências sócio-político-educativas.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa, 22 de abril de 2019.

MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ
PRESIDENTE

ANEXO I à Resolução nº 14/2019 do CONSEPE, que aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia, do Centro de Ciências Aplicadas e Educação – CCAE, do Campus IV da UFPB.

- Definições do Curso -

1. Objetivos:

O Curso de Licenciatura em Pedagogia, através da reformulação do Projeto Pedagógico de Curso, tem como objetivo geral promover a formação de professores para Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e em outras áreas nas quais ocorre ação educativa, cujas práticas estejam sintonizadas com as necessidades da sociedade.

Esta formação busca, especificamente, formar um profissional de ensino capaz de:

- Ressignificar os conteúdos em função dos múltiplos espaços, circunstâncias e sujeitos com os quais trabalha.
- Refletir e lidar com questões e desafios da educação por ser um profissional docente, transmissor, mobilizador e criador de conhecimento, atenta as questões das diferenças.
- Compreender e atuar com alunos e comunidades de diferentes repertórios culturais, dentro de um marco de promoção da igualdade social.
- Planejar, executar e avaliar atividades educativas na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e em outras áreas nas quais ocorre ação educativa.
- Participar na gestão de processos educativos e na organização e funcionamento de sistemas de ensino.
- Formar um sujeito educador crítico, reflexivo e transformador da realidade social e escolar.
- Refletir sobre e fazer uso de novas tecnologias em contextos de produção, pesquisa e de ensino e de aprendizagem em contexto escolares e não escolares.
- Refletir sobre sua formação profissional de forma contínua, autônoma e permanente.

2. Perfil Profissional

O Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba/PB, *campus* IV forma profissionais para o exercício da docência na Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos e em outras áreas referentes à organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, conforme previsto no Parágrafo Único da Resolução CNE/CP nº1/2006. Isso implica certificar um profissional capaz de investigar, refletir, gerar conhecimento, gerir e ensinar conhecimentos tanto no ensino quando em ações de gerenciamento e coordenação decorrentes do âmbito escolar como em espaços não escolares.

De modo especial, o componente de trabalho específico do Profissional formado pela UFPB centra-se nos Processos de Ensino e de Aprendizagem relacionados à Educação Escolar, sendo, por isso, a prática pedagógica o objeto curricular central que permeia todo o processo de formação, considerando que esse profissional está apto a atuar também em outros contextos educativos.

E é ponderando sobre a importância do profissional da Educação que entendemos que, a formação docente do Curso de Pedagogia, deverá contemplar prioritariamente a faixa etária de 0 a 10 anos, ou seja, Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, a fim de garantir subsídios necessários para a continuidade da progressão educacional. Entretanto, a Educação de Jovens e Adultos, mesmo compondo a nomenclatura da Educação Básica e contemplar outra faixa etária, extrapolando os limites acima sobre a idade dos alunos, deve ser considerada como um elemento de inclusão que os egressos do curso atendem.

Para esta formação, o Curso de Pedagogia da UFPB, *campus* IV, unidade Mamanguape elege a prática pedagógica e a pesquisa dos contextos escolares, como componentes curriculares distintos significando, a possibilidade de confirmar uma das vocações do curso de Pedagogia – a pesquisa Educacional - como linha norteadora do processo formativo do profissional da educação, bem como a probabilidade de estabelecer uma relação dialética entre a teoria e a prática, respaldada no conhecimento da realidade. A defesa é de favorecer, neste ínterim, a criação de reais situações de aprendizagem para o futuro profissional da educação.

Nesta conjuntura a prática pedagógica é concebida como espaço permanente de reflexão e ação sobre a atuação do profissional da Educação, oportunizando o movimento dialético entre as construções conceituais e as questões práticas, garantindo uma compreensão da natureza e da especificidade do conhecimento pedagógico, de maneira a propiciar o acréscimo de um compromisso ético e político da sociedade democrática. Nessa direção, o profissional da Educação, trabalhará com um repertório de informações e habilidades mesclado pela pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos. As principais áreas de atuação do Pedagogo são:

- A educação de crianças de zero a cinco anos.
- O ensino das disciplinas dos anos iniciais de 1º ao 5º ano: Alfabetização, Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Arte, Educação Física, no Ensino Fundamental.
- O ensino das disciplinas dos anos iniciais de 1º ao 5º ano: Alfabetização, Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Arte, Educação Física, na Educação de Jovens e Adultos.
- A participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino.
- A participação na organização e gestão em espaços não escolares.

3. Competências, Habilidades e Atitudes

O Curso de Pedagogia forma o pedagogo. Profissional esse, preparado para o exercício da docência e para a gestão dos processos educativos escolares e não escolares, além da produção e difusão do conhecimento no campo educacional. Esta formação constitui-se a partir da fundamentação científico-técnico e cultural-humana, aliada ao contato empírico com o cotidiano escolar, de forma crítica, enfatizando a complexidade, incerteza, provisoriade, singularidade e diversidade dos fenômenos educativos.

Assim, o curso de Pedagogia do Centro de Ciências Aplicadas e Educação da Universidade Federal da Paraíba forma um profissional crítico, com sólida formação teórica e prática, capaz de diagnosticar problemas e apresentar soluções no campo da educação, garantindo o desenvolvimento dos saberes, competências e habilidades necessárias à atuação do pedagogo, respeitando as especificidades dos sujeitos participantes dos processos educacionais nos espaços onde vai atuar.

Nesse sentido, para compreender o contexto social e a educação, esse profissional será capaz de utilizar conhecimentos sobre a realidade econômica, cultural, política e social brasileira. Do mesmo modo, ser capaz de criar, planejar, realizar e avaliar situações didáticas eficazes para a aprendizagem e o desenvolvimento de todos os alunos, articulando conhecimentos teóricos aos práticos.

O processo de formação pretende construir uma consistente base teórica articulada à investigação e prática educacionais, com ênfase em conhecimentos específicos do campo da educação que incorporam estudos e práticas fundamentadas em valores éticos e estéticos, na história e na cultura da educação, na pesquisa, no conhecimento didático e nas relações entre educação e o mundo do trabalho.

Além disso, este profissional deve atender as demandas socioeducativas decorrentes de novos atores sociais, bem como das tecnologias, entendidas como campo de conhecimento que possibilita “novas” práticas docentes. O curso de Licenciatura em Pedagogia busca desenvolver as seguintes competências, atitudes e habilidades:

- Compreender ampla e consistentemente o fenômeno e a prática educativa que se dá em diferentes âmbitos e especialidades;
- Compreender o processo de construção do conhecimento no indivíduo inserido em seu contexto social e cultural;
- Compreender e valorizar as diferentes linguagens manifestadas nas sociedades contemporâneas e sua função na produção do conhecimento;
- Compreender e valorizar os diferentes padrões e produções culturais existentes na sociedade contemporânea;
- Atuar com as pessoas com deficiência, em diferentes níveis da organização escolar, de modo a assegurar seus direitos de cidadania;
- Capacidade para atuar com jovens e adultos defasados em seu processo de escolarização.

- Estabelecer diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento;
- Articular ensino e pesquisa na produção do conhecimento e da prática pedagógica;
- Dominar processos e meios de comunicação em suas relações com os problemas educacionais;
- Desenvolver metodologias e materiais pedagógicos adequados à utilização das tecnologias da informação e da comunicação nas práticas educativas;
- Possuir compromisso com uma ética de atuação profissional e com a organização democrática da vida em sociedade;
- Articular a atividade educacional nas diferentes formas de gestão educacional, na organização do trabalho pedagógico escolar, no planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas da escola;
- Elaborar projeto pedagógico, sintetizando as atividades de ensino e administração, caracterizadas por categorias comuns como: planejamento, organização, coordenação e avaliação e por valores comuns como: solidariedade, cooperação, responsabilidade e compromisso;
- Exercer a docência: nas matérias pedagógicas dos cursos de Formação de Professores; na Educação de Jovens e Adultos; na Educação Infantil; nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
- Gerir recursos financeiros ligados a projetos educativos e ao funcionamento de instituições educacionais no âmbito da Gestão educacional;
- Administrar os recursos humanos nos projetos educacionais;
- Coordenar projetos pedagógicos voltados para a formação de pessoal em espaços não-Escolares;
- Conceber o processo de gestão educacional como uma práxis pedagógica administrativa, atuando: na coordenação e supervisão de projetos pedagógicos em instituições educativas; gerenciamento de recursos financeiros de projetos educacionais; coordenador pedagógico em unidades escolares de ensino; na gestão e administração escolar; na administração de recursos humanos em unidades de ensino, empresas e entidades; na elaboração, coordenação e gestão de projetos pedagógicos voltados para a formação de pessoal nas empresas, ONGs, entidades representativas e de classe como associações, sindicatos e órgãos públicos;
- Atuar com pessoas deficientes em diferentes níveis da organização escolar, em programas de reabilitação e inclusão em espaços não escolares, de modo a assegurar os direitos de cidadania;
- Elaborar, executar e coordenar projetos educativos para/com jovens e adultos, com processo de escolarização defasado;
- Atuar na área da Comunicação e Tecnologias educativas desenvolvendo metodologias e materiais pedagógicos adequados, bem como na formação docente para utilização destes materiais;
- Atuar na orientação e organização de políticas públicas para diversas áreas da educação;
- Atuar em projetos educacionais na área da diversidade cultural, trabalhando com grupos e comunidades quilombolas, indígenas, ciganos, assentados, etc., no resgate, defesa e propagação das diversas culturas, na formação de professores para atuarem com estas comunidades e com a diversidade cultural;
- Estabelecer vínculo com os pais dos estudantes mediado por relações de respeito e colaboração, de modo a promover sua participação na comunidade escolar e uma comunicação fluente entre eles e a escola;
- Atuar em assessoria pedagógica e consultoria de educação em diferentes espaços não escolares onde ocorram processos educativos.

4. Campo de Atuação Profissional

A ampliação do campo educacional e, por consequência, do campo de atuação do pedagogo, é uma realidade constatada por muitos teóricos da área, e vem atender às novas demandas da sociedade contemporânea, onde não é mais cabível conceber o fenômeno educativo restrito somente ao ambiente formal da escola, mas, entendido, como um processo que ocorre em espaços diversos. Desse modo, por meio do currículo de formação apresentado são possibilidades de atuação do Pedagogo:

- Educação Infantil (creches e pré-escolas);
- Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano);
- Educação de Jovens e Adultos (Alfabetização como Anos Iniciais do Ensino Fundamental);
- Nas atividades de gestão educacional;
- Em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos;
- Em espaços não escolares.

ANEXO II à Resolução nº 14/2019 do CONSEPE, que aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia, do Centro de Ciências Aplicadas e Educação – CCAE, do Campus IV da UFPB.

- COMPOSIÇÃO CURRICULAR –

1. Conteúdos Básicos Profissionais			
1.1 Conteúdos Básicos Profissionais			
Disciplinas	Créditos	Carga Horária	Pré-requisitos
Filosofia da Educação I	4	60	--
Sociologia da Educação	4	60	--
Pedagogia e Profissão Docente	4	60	--
História da Educação	4	60	--
Metodologia do Trabalho Científico	4	60	--
Filosofia da Educação II	4	60	Filosofia da Educação I
Sociologia da Infância	4	60	Sociologia da Educação
Psicologia da Educação I	4	60	--
História da Educação Brasileira	4	60	História da Educação
Pesquisa e Trabalho Docente	4	60	--
Psicologia da Educação II	4	60	Psicologia da Educação I
Política Educacional e Educação Inclusiva	4	60	--
Avaliação da aprendizagem	4	60	--
Educação e Tecnologia	4	60	--
Currículo e Trabalho Pedagógico	4	60	--
TOTAL	60	900	
1.2 Prática Pedagógica			
Prática Pedagógica Integradora I	03	45	--
Prática Pedagógica Integradora II	03	45	--
Prática Pedagógica Integradora III	03	45	--
Prática Integradora de Estágio I	03	45	--
Prática Integradora de Estágio II	03	45	--
Prática Integradora de Estágio III	03	45	--
Prática Integradora de Estágio IV	03	45	--
Prática Integradora de Estágio V	03	45	--
Prática Socializadora de Pesquisa	03	45	--
TOTAL	27	405	
1.3 Estagio Curricular			
Estágio Supervisionado na Educação Infantil	6	90	--
Estágio supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental – 1º ao 3º ano	6	90	--

Estágio supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental – 4º ao 5º ano	6	90	Estágio supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental – 1º ao 3º ano
Estágio Supervisionado na Educação de Jovens e Adultos	6	90	--
Estágio Supervisionado na Gestão Educacional	6	90	--
TOTAL	30	450	
2. Conteúdos Complementares			
2.1 Conteúdos Complementares Obrigatórios			
Alfabetização e Letramento	4	60	--
Processos e métodos do Ensino de Língua portuguesa	6	9	--
Educação Infantil	4	60	--
Gestão Educacional	4	60	--
Didática	6	90	--
Processos e Métodos do ensino da Matemática	6	90	--
Processos e Métodos do Ensino de Ciências	6	90	--
Processos e Métodos do Ensino de Artes	4	60	--
Processos e Métodos do Ensino de História	6	90	--
Processos e Métodos do Ensino de Geografia	6	90	--
Processos e Métodos do Ensino da Educação Física	4	60	--
Literatura Infanto-juvenil e Educação	4	60	--
Libras- Língua Brasileira de Sinais	4	60	--
Organização e prática da ação educativa em espaços não escolares	4	60	--
Educação de Jovens e Adultos	4	60	--
Trabalho de Conclusão Curso I	4	60	--
História e Cultura Afro-brasileira e Indígena	4	60	--
Educação do Campo e Movimentos sociais	4	60	--
Trabalho de Conclusão Curso II	4	60	Trabalho de Conclusão Curso I
TOTAL	88	1.320	
2.1 Conteúdos Complementares Opativos (o aluno deverá cursar um mínimo de 180 h/12cr)			
Administração dos Recursos Financeiros em Educação	4	60	--
Alfabetização Cartográfica	4	60	--
Alfabetização de Jovens e Adultos	4	60	--
Atividades Educativas no Espaço Prisional	4	60	--
Coordenação Pedagógica	4	60	--
Corpo e Movimento	4	60	--
Economia da Educação	4	60	--
Educação à Distância	4	60	--
Educação Ambiental	4	60	--

Educação e Diversidade Sexual	4	60	--
Educação e Ensino Religioso	4	60	--
Educação e Ludicidade	4	60	--
Educação e Movimentos Sociais	4	60	--
Educação e Saúde no Contexto Escolar	4	60	--
Educação Especial e Políticas de Inclusão Educacional	4	60	--
Educação e Trabalho	4	60	--
Educação Indígena	4	60	--
Educação Matemática	4	60	--
Educação Popular	4	60	--
Educação Quilombola	4	60	--
Estatística Aplicada à Educação	4	60	--
Estudos sobre Memória e História Oral	4	60	--
Ética e Educação	4	60	--
Etno Educação Potiguar	4	60	--
Formação do Professor Leitor	4	60	--
Gênero e Educação	4	60	--
Legislação e Organização da Educação Básica	4	60	--
Multiculturalismo e Educação	4	60	--
Planejamento Educacional	4	60	--
Psicologia Social	4	60	--
Teorias Curriculares	4	60	--
Trabalho Docente e Sociedade	4	60	--
2.1 Conteúdos Complementares Flexíveis			
Tópicos Especiais em Educação I	3	45	--
Tópicos Especiais em Educação II	3	45	--
Tópicos Especiais em Educação III	3	45	--
Tópicos Especiais em Educação IV	3	45	--
Tópicos Especiais em Educação V	3	45	--
TOTAL	15	225	
TOTAL GERAL DO CURSO	232	3.480	

ANEXO III à Resolução nº 14/2019 do CONSEPE, que aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia, do Centro de Ciências Aplicadas e Educação – CCAE, do Campus IV da UFPB.

CURSO DE PEDAGOGIA: Área de aprofundamento: processos e métodos do ensino TURNOS: VESPERTINO E NOTURNO

Período	Disciplinas						Carga Horária
1	Filosofia da Educação I 4 cr	Sociologia da Educação 4 cr	Pedagogia e Profissão Docente 4 cr	História da Educação 4 cr	Metodologia do Trabalho Científico 4 cr	Prática Pedagógica Integradora I 3 cr	345 h 23 cr
2	Filosofia da Educação II 4 cr	Sociologia da Infância 4 cr	Psicologia da Educação I 4 cr	História da Educação Brasileira 4 cr	Pesquisa e Trabalho Docente 4 cr	Prática Pedagógica Integradora II 3 cr	345 h 23 cr
3	Alfabetização e Letramento 4 cr	Educação Infantil 4 cr	Psicologia da Educação II 4 cr	Política Educacional e Educação Inclusiva 4 cr	Avaliação da Aprendizagem 4 cr	Prática Pedagógica Integradora III 3 cr	345 h 23 cr
4	Processos e Métodos do Ensino de Língua Portuguesa 6 cr	LIBRAS 4 cr	Didática 6 cr	--	Estágio Supervisionado na Educação Infantil 6 cr	Prática Integradora de Estágio I 3 cr	375 h 25 cr
5	Processos e Métodos do Ensino de Matemática 6 cr	Processos e Métodos do Ensino de Ciências 6 cr	Processos e Métodos do Ensino de Artes 4 cr	--	Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais do Ens. Fundamental – 1º ao 3º ano 6 cr	Prática Integradora de Estágio II 3 cr	375 h 25 cr
6	Processos e Métodos do Ensino de História 6 cr	Processos e Métodos do Ensino de Geografia 6 cr	Literatura Infanto-juvenil e Educação 4 cr	--	Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais do Ens. Fundamental – 4º ao 5º ano 6 cr	Prática Integradora de Estágio III 3 cr	375 h 25 cr
7	Currículo e Trabalho Pedagógico 4 cr	Processos e Métodos do Ensino da Educação Física 4 cr	Gestão Educacional 4 cr	Optativa 4 cr	Estágio Supervisionado na Gestão Educacional 6 cr	Prática Integradora de Estágio IV 3 cr	375 h 25 cr
8	Organização e Prática da ação educativa em espaços não escolares 4 cr	Educação e Tecnologia 4 cr	Educação de Jovens e Adultos 4 cr	TCC I 4 cr	Estágio Supervisionado na Educação de Jovens e Adultos 6 cr	Prática Integradora de Estágio V 3 cr	375 h 25 cr
9	Educação do Campo e Movimentos Sociais 4 cr	História e Cultura Afro-brasileira e Indígena 4 cr	Optativa 4 cr	TCC II 4 cr	Optativa 4 cr	Prática Socializadora de Pesquisa 3 cr	345 h 23 cr

Atividades Flexíveis 225 h/ 15 cr – desenvolvidas ao longo do curso

TOTAL do Curso: 3.480 HORAS / 232 CRÉDITOS

ANEXO IV à Resolução nº 14/2019 do CONSEPE, que aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia, do Centro de Ciências Aplicadas e Educação – CCAE, do Campus IV da UFPB.

- Ementário -

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO/ÁREA	CARGA HORÁRIA
Filosofia da Educação I	Teorias e Fundamentos da Educação	60
<p>Conceito de Filosofia e Filosofia da Educação. Filosofia, conhecimento, ciência e ideologia. Filosofia da Educação: estrutura e contexto sociais como orientadores da reflexão.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>CHAUI, Marilena. Convite à filosofia. São Paulo: Ática, 2003. RIOS, Terezinha Azeredo; LORIERI, Marcos Antonio. Filosofia na Escola: o prazer da reflexão. São Paulo: Moderna, 2004. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2002. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação. São Paulo: Brasiliense, 1994. KOHAN, Walter (Org.). Ensino de Filosofia: Perspectivas. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. 22. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. ARANHA, Maria Lúcia e MARTINS, Maria Helena. Filosofando. São Paulo. Moderna. 2005. REALE, Giovanni e ANTISERI, Dario. História da Filosofia. São Paulo. Paulus. 1995. 3 vol.</p>		

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO/ÁREA	CARGA HORÁRIA
Sociologia da Educação	Teorias e Fundamentos da Educação	60
<p>Conceito de Sociologia e Sociologia da Educação. Concepções teóricas da relação entre Estado, Sociedade e Educação.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo, Perspectiva, 1974. CASTRO, Ana Maria e Dias Edmundo F. Introdução ao pensamento sociológico. Rio de Janeiro: Eldorado, 1978. DURKHEIM, Émile. Sociologia, Educação e Moral. Porto-Portugal: Rés, 1994. FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974 GILDDENS, Anthony. Sociologia. Porto Alegre: Artmed, 2005. GOMES, Candido. Educação em perspectiva sociológica. São Paulo: EPU, 1985. JESUS, Antonio Tavares de. O pensamento e a prática escolar de Gramsci. Campinas, Autores Associados. 1998. MANACORDA, Mário Alighiero. Marx e a Pedagogia Moderna. Porto Alegre: Artes Médicas. 1991. MANNHEIM, Karl. e STEWART, W. A. C. Introdução à Sociologia da Educação. São Paulo: Cultrix, 1972. RODRIGUES, Alberto Tosi. Sociologia da Educação. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. GERMANO, José Wilington. Os destituídos e a pobreza. Revista Cromos, UFRN, 2004.</p>		

COMPONENTE CURRICULAR	EIXO/ÁREA	CARGA HORÁRIA
Pedagogia e Profissão docente	Teorias e Fundamentos da Educação	60
<p>Estuda os processos que possibilitaram o surgimento do pedagógico na modernidade e que possibilitam hoje repensar esse pedagógico: as sociedades disciplinares e as sociedades de controle. Análise do contexto socioeconômico e cultural em que surge a Pedagogia no Brasil: diferenças entre educação e pedagogia. Estudo dos processos educativos contemporâneos e as diferentes pedagogias e a profissão docente.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		

ALVES, Nilda. **Formação de professores: o pensar e o agir.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 1993.
ARROYO, Miguel. **Ofício de Mestre.** São Paulo: Vozes, 2005.
BRZEZINSKI, **Profissão Professores: identidade e profissionalização docente.** Brasília: Ed. Plano, 2002.
CRUZ, Gisele Barreto da. **Curso de Pedagogia no Brasil: história e formação com pedagogos primordiais.** Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.
FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática Educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.
IMBERNÓN, Francisco. **Formação Docente e Profissional: formar-se para a mudança e a Incerteza.** São Paulo: Cortez, 2002.
LIBÂNIO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos, para quê?** 10 ed. São Paulo: Cortez, 2008.
TARDIF, Maurice; LEWSSARD, Claude. **O Trabalho Docente.** São Paulo: Vozes, 2005.
TARDIF, Maurice; LEWSSARD, Claude. **Saberes Docentes e Formação profissional.** São Paulo: vozes, 2002.

História da Educação

Teorias e Fundamentos da Educação

60

A história como Ciência. História e história da educação. As práticas educativas dos grupos sociais primitivos. A história da educação nas civilizações antigas, medieval, moderna e contemporânea.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARANHA, Maria Lúcia de Andrade. **História da Educação e da Pedagogia: geral e Brasil.** 3 ed. São Paulo: Moderna, 2006.
BORGES, Vavy Pacheco. **O que é História.** 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção Primeiros Passos).
BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação.** São Paulo: Brasiliense, 2007 (Coleção Primeiros Passos, 20)
GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas.** 8. ed. São Paulo: Ática, 2006.
MANACORDA, Mario Alighiero. **História da Educação: da antiguidade aos nossos dias.** 12. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara Bastos (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil -Séculos XVI-XVIII** (v. 1). 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara Bastos (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil -Séculos XIX** (v. 2). 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

Metodologia do Trabalho Científico

Pesquisa e Práticas Pedagógicas

60

Educação formal e sociedade. O papel da educação nas formações sociais contemporâneas. A contribuição das ciências para explicação e compreensão da educação, conhecimento e senso comum. Conhecimento e seus níveis. Leitura, documentação, anotações e fichamento. Organização de trabalhos acadêmicos: relatórios, artigos científicos. Normas ABNT.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDRE, Marli (org). **O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores.** Campinas, SP: 2001.
GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4 ed. São Paulo: Atlas 2006.
DEMO, Pedro. **Pesquisa e informações qualitativas: aportes metodológicos.** Campinas, SP. Papyrus, 2001.
DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio científico e educativo.** São Paulo. Cortez, 1997.
HAGUETE, T. M. F. **Metodologia qualitativa na sociologia.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
PADUA, E. M. M. **Metodologia da Pesquisa: abordagem teórica prática.** Campinas, SP: Papyrus, 2000.
SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 20 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

Prática Pedagógica Integradora I a III

Pesquisa e Práticas Pedagógicas

45

Orientação, reflexão e discussão de situações acadêmicas e/ou profissionais vivenciadas, articulando o conhecimento à prática educativa, tendo como eixo a formação e atuação do pedagogo na instituição escolar. Abordagens investigativas, interdisciplinar e crítica do fazer pedagógico mediante articulação das disciplinas do Curso de Pedagogia no período vigente.

Filosofia da Educação II

Teorias e Fundamentos da Educação

60

As bases filosóficas da educação e as correntes da Filosofia. A Filosofia da Educação no contexto educacional brasileiro e paraibano.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARANHA, Maria Lúcia e MARTINS, Maria Helena. **Filosofando**. São Paulo. Moderna. 2005.
 ARANHA, Maria Lucia de A. **Filosofia da Educação**. São Paulo. Moderna. 1989.
 GHIRALDELLI, Paulo. (org.) **O que é Filosofia da Educação?** Rio de Janeiro. DPeA. 2000.
 HERMANN, Nadja. **Pluralidade e ética em educação**. Rio de Janeiro. DPeA. 2001.
 KOHAN, Walter. **Filosofia para crianças**. Rio de Janeiro. DPeA. 2000.
 SAVIANI, Dermeval. **Educação: Do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo. Cortez. 2000.
 OZMON, Howard; CRAVER, Samuel. **Fundamentos filosóficos da Educação**. Porto Alegre. Artmed. 2004.

Sociologia da infância

Teorias e Fundamentos da
Educação

60

A construção histórico-sociológica da infância, da adolescência e da juventude. As crianças e a infância: conceitos fundamentais, suas diferenças e conexões. A(s) cultura(s) crianças, as relações com o mundo adulto e o grupo de pares. Diferenciação e desigualdades nas culturas de pares infantis. A infância em diferentes contextos. As sociabilidades infantis e a educação. Crianças, mundo social e mediação escolar. Configurações do universo infantil contemporâneo e intervenção docente: perspectivas sociológicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, Ana N. **Para uma sociologia da infância**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009.
 ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC, 2006.
 SARMENTO, Manuel J.; CERISARA, Ana B. **Crianças e miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação**. Porto: Asa, 2004.

Psicologia da Educação I

Teorias e Fundamentos da
Educação

60

Conceito de Psicologia e Psicologia da educação. Concepção de desenvolvimento humano. Áreas do desenvolvimento humano. A importância da aprendizagem no processo do desenvolvimento humano.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi.
Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia. São Paulo: Saraiva, 1995.
 COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. (Orgs.). **Desenvolvimento Psicológico e Educação**, vol. 1. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
 COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. (Orgs.). **Desenvolvimento psicológico e educação**, vol. 2. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
 FREIRE, P. **Educação "bancária" e educação libertadora**. Em: Patto, M.H.S. (Org.). **Introdução à Psicologia Escolar** (pp. 61-78). São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.
 MIZUKAMI, M.G.N. **Ensino: as abordagens do processo**. São Paulo: EPU, 1986.
 MORALES, P. **A relação professor-aluno**. São Paulo: Edições Loyola, 1998.
 OLIVEIRA, M. K. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento - um processo sócio-histórico**. São Paulo: Scipione, 1993.

História da Educação Brasileira

Teorias e Fundamentos da
Educação

60

A educação brasileira no período Colonial e no Império. A educação escolar no período republicano. A História da Educação da Paraíba.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2006.
 GHIRALDELLI JR, Paulo. **História da educação brasileira**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.
 MANACORDA, Mario Alighiero. **História da Educação: da antiguidade aos nossos dias**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
 SCOCUGLIA, Afonso Celso; MACHADO, Charliton. **Pesquisa e historiografia da educação brasileira**. São Paulo: Autores Associados, 2006.
 STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara Bastos (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil - Séculos XVI-XVIII** (v. 1). 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
 STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara Bastos (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil - Séculos XIX** (v. 2). 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

Pesquisa e Trabalho Docente	Pesquisa e Práticas Pedagógicas	60
<p>Pesquisa: conceituação, definições e operacionalização. A tipicidade da pesquisa educacional, o cotidiano escolar, os atores e as suas sociabilidades. Trabalho e processo de trabalho: significado ontológico e configurações sociais. A especificidade do trabalho docente e as dimensões da profissionalidade. A pesquisa como base do trabalho docente e como dispositivo do processo de construção contínua da identidade dos professores.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>BAILLÉ, Jacques e HADJI, Charles (orgs.). Investigação e educação. Porto: Porto Editora, 2001. TARDIF, Maurice e LESSARD, Claude. O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Tradução de João Batista Kreuch. Petrópolis: Vozes, 2005. SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. In: Revista Brasileira de Educação, v. 12, nº 34, Rio de Janeiro, 2007.</p>		

Alfabetização e Letramento	Princípios da Organização do Trabalho Pedagógico	60
<p>Conceito de alfabetização e letramento. Métodos de alfabetização. Abordagem histórica da alfabetização no contexto educacional brasileiro. A linguagem como sistema simbólico representativo das interações humanas. Processos de Alfabetização e alternativas metodológicas. A função social da Escrita em uma sociedade letrada. Produção e apropriação da leitura e da escrita: uma metodologia de alfabetização a partir do texto.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>. ALBUQUERQUE, E. B. C.; LEAL, T. F. (Orgs.) A alfabetização de Jovens e Adultos: em uma perspectiva de letramento. Belo Horizonte: Autêntica: 2005. BRAGGIO, Silva Lúcia B. Leitura e alfabetização: da concepção mecanicista a sociopsicolinguística. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992. CAGLIARI, Luiz Carlos. Alfabetização e Linguística. São Paulo: Scipione, 2002. FERREIRO, E. Com todas as letras. São Paulo, Cortez Editora, 4ª edição. FERREIRO, E. Reflexões sobre alfabetização. 2.ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, KATO, M. A. (Orgs.) O Aprendizado da Leitura. Martins Fontes, 1998. ROCHA, G. et al. Guia da Alfabetização. Belo Horizonte: Segmento, 2010. ROXO, Roxane. Alfabetização e letramento: perspectivas linguísticas. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1998. SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. A criança na fase inicial da escrita: Alfabetização como processo discursivo. Ed. São Paulo: Cortez, 2003</p>		

Educação Infantil	Princípios da Organização do Trabalho Pedagógico	60
<p>Reflete sobre a concepção de infância, de educação, de instituição e do profissional de educação infantil. Os objetivos da educação infantil. As políticas de atendimento e educação infantil no Brasil. Desenvolvimento sócio-afetivo e socialização da criança.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>ARRIBAS, TERESA LLEIXÀ (et al.). Educação Infantil: desenvolvimento, currículo e organização escolar. Tradução: Fátima Murad. 5 ed. Porto Alegre, 2004. ARIÈS, Philippe. História Social da criança e da família. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. BASSEDAS, Eulália, HUGUET, Teresa & SOLÉ, Isabel. Aprender e Ensinar na Educação Infantil. Tradução Cristina Maria de Oliveira. Porto Alegre: Artmed, 1999. GARDNER, Howard. A criança pré-escolar: como pensa e como a escola pode ensiná-la. Trad. Carlos Alberto S. N. Soares. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. JOLIBERT, Josette, et al. Formando crianças produtoras de textos. Volume II. Trad. Walkiria M. F. Settineri e Bruno Charles Magne. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. JUNQUEIRA FILHO, Gabriel de Andrade. Linguagens geradoras: seleção e articulação de conteúdos em educação infantil. Porto Alegre: Mediação, 2005. PIMENTA, Selma Garrido & LIMA, Maria do Socorro Lucena. Estágio e docência. São Paulo: Cortez, 2004. ROCHA, Marisa Lopes da. Estratégia de desinstitucionalização: a pesquisa-intervenção e as práticas de formação. Doxa - Revista Paulista de Psicologia e Educação. Araraquara: UNESP/FCL, v. 4, n. 2, 1998, p. 93-114.</p>		

Psicologia da Educação II	Teorias e Fundamentos da Educação	60
Fundamentos psicológicos concernentes ao processo de constituição do conhecimento na criança, no jovem e no adulto. Relações sociais e afetivas e as implicações educacionais.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>CONTINI, M. E KOLLER, H. (orgs). Adolescência e Psicologia: concepções práticas e reflexões críticas. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Psicologia, 2002.</p> <p>LA TAILLE, Yves de; OLIVEIRA, Marta Kohl; DANTAS, Heloysa. Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. 10. ed. São Paulo: Summus, 1992.</p> <p>OLIVEIRA, M. Vygotsky: aprendizagem e desenvolvimento, um processo sócio-histórico. Scipione: São Paulo, 1997.</p> <p>NUNES, S. E BOCAUYVA, H. (orgs) Juventudes, Subjetivações e Violências. Rio de Janeiro: Contracapa, 2009.</p> <p>REGO, T. C. Vygotsky: Uma perspectiva histórico-cultural da Educação. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.</p> <p>SCHONS, R. E PALMA, L. (orgs) Conversando com Nara Costa Rodrigues sobre gerontologia social. Passo Fundo: UPF, 2000.</p> <p>Simson, O; Neri, A.; Cachioni, M. (orgs) As múltiplas faces da Velhice no Brasil. Campinas: Alínea, 2003.</p> <p>VYGOTSKY, Lev S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994. 191 p.</p>		

Política educacional e Educação Inclusiva	Princípios da Organização do Trabalho Pedagógico	60
Fundamentos da política educacional brasileira. A educação inclusiva: fundamentos, políticas e práticas escolares.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>BEYER, Hugo Otto. Inclusão e Avaliação na Escola de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais. 2 ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.</p> <p>BRASIL Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 1994 b (Série Institucional, 1).</p> <p>CARVALHO, R. E. Educação inclusiva: com os pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2004.</p> <p>LIBÂNIO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra (orgs.). Educação escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2007.</p> <p>MANTOAN, M. T. E.; PRIETO, R. G. e ARANTES, V. A. (Org). Inclusão escolar: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.</p> <p>MANTOAN, Maria Tereza Égler. Inclusão escolar: o que é? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.</p> <p>PACHECO, José. Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre: Artmed, 2007.</p> <p>PADILHA, Ana Maria. Práticas Pedagógicas na Educação Especial. São Paulo: Ed. Autores Associados, 2005.</p> <p>RODRIGUES, D. (org.). Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.</p>		

Avaliação da Aprendizagem	Princípios da Organização do Trabalho Pedagógico	60
Concepções de avaliação educacional, institucional e da aprendizagem escolar. Bases legais e aspectos pedagógicos: tipologias, princípios, instrumentos e critérios avaliativos. Novos paradigmas e práticas correntes da avaliação nos contextos escolares.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>ESTEBAN, Maria Teresa. Escola, Currículo e Avaliação. São Paulo: Cortez, 2003 (Série cultura, memória e Currículo).</p> <p>FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 38. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010. (Coleção Leitura).</p> <p>LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo, Cortez Editora, 1996.</p>		

Processos e Métodos do Ensino da Língua Portuguesa	Ensino, aprofundamentos e Sistematizações	90
Analisa criticamente o ensino de Língua Portuguesa na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental: seus objetivos, suas estratégias, recursos e instrumentos de avaliação. O desenvolvimento da competência comunicativa nas modalidades oral e escrita e nos diversos gêneros discursivos, no repertório de crianças, jovens e adultos. Fundamentos linguísticos, fonológicos, sociopsicolinguísticos da língua materna. A escrita e a fala como produção social. Concepções teóricas, metodológicas e prática pedagógica do Ensino da Língua Portuguesa para Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental.		

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANTUNES, Irandé. **Aula de Português: encontro & interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

CELIS, Glória Inostroza de. **Aprender a formar crianças leitoras e escritoras: oficinas de formação docente**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

DIONISIO, Ângela P. e BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs.). **O livro didático de Português**. Múltiplos olhares. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

FIORIN, José Luiz e SAVIOLI, Francisco Platão. **Para entender o texto: leitura e redação**. 16. ed. São Paulo: Ática, 2003.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

GERALDI, João Wanderley. **Linguagem e Ensino**. Campinas(SP): Mercado das Letras, 1999.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

TRAVAGLIA, L. C. et al. **Metodologia e prática de ensino da língua portuguesa**. São Paulo: Mercado Aberto, 1984.

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

Princípios da Organização do Trabalho Pedagógico

60

Estudo dos pressupostos teórico-históricos, filosóficos, sociológicos, pedagógicos e técnicos da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS – a qual se constitui como sistema lingüístico das comunidades de pessoas surdas no Brasil, contribuindo para a formação do professor de Educação Infantil e Anos Iniciais no contexto da Educação Inclusiva. Conceito de Libras, Fundamentos históricos da educação de surdos. Legislação específica. Aspectos Linguísticos da Libras. A formação de intérprete no Brasil. Língua e identidade: um contexto de política linguística. Cultura surda e cidadania brasileira.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FERREIRA, Lucinda. **Por uma gramática de língua de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.

GESSER, Andrei. **Libras? Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. São Paulo: Parábola, 2009.

HONORA, Márcia. **Livro ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez**. Colaboração de Mary Lopes Esteves Frizanco. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.

SOARES, Maria Aparecida Leite. **A educação do surdo no Brasil**. Campinas, SP: autores Associados; EDUSF, 1999.

Didática

Princípios da Organização do Trabalho Pedagógico

90

A didática e suas dimensões político-sociais, técnica, humana e as implicações no desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem: O objeto da didática; pressupostos teóricos, históricos, filosóficos e sociais da didática; Tendências pedagógicas e a didática; A relação professor aluno. O ato educativo e o espaço da sala de aula. A formação de professores. O planejamento de ensino em diversas abordagens. Elementos do planejamento. Elaboração de projetos didáticos e/ou de ensino.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CANDAUI, Vera Maria. **A didática em questão**. 14 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

CANDAUI, Vera Maria (org). **Rumo a uma nova didática**. 8 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996

LIBANEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LUCK, Heloísa. **Ação integrada: administração, supervisão e orientação educacional**. 23. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. **Ensino: as abordagens do processo**. São Paulo: EPU, 1986

PIMENTA, Selma Garrido (org.). **Didática e formação de professores: percursos e perspectivas no Brasil e em Portugal**. São Paulo: Cortez, s/d.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **A prática pedagógica do professor de didática**. Campinas, SP: Papyrus, 1989.

CANDAUI, Vera Maria. **Reinventar a escola**. Petrópolis: Vozes, 2000.

CORDEIRO, J. **Didática**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2010

Estágio Supervisionado na Educação Infantil

Estágio Supervisionado

90

Concepções teóricas, metodológicas e prática pedagógica na Educação Infantil. A organização do trabalho pedagógico na Educação Infantil. Processos de investigação e conhecimento da realidade, planejamento e avaliação. Elaboração e execução de projeto de estágio na Educação Infantil, planejamento e avaliação. A formação de professores para a Educação Infantil. Propostas curriculares para a Educação Infantil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARRIBAS, TERESA LLEIXÀ (et al.). **Educação Infantil: desenvolvimento, currículo e organização escolar.** Tradução: Fátima Murad. 5 ed. Porto Alegre, 2004.
 ARIÈS, Philipe. **História Social da criança e da família.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
 BASSEDAS, Eulália, HUGUET, Teresa & SOLÉ, Isabel. **Aprender e Ensinar na Educação Infantil.** Tradução Cristina Maria de Oliveira. Porto Alegre: Artmed, 1999.
 GARDNER, Howard. **A criança pré-escolar: como pensa e como a escola pode ensiná-la.** Trad. Carlos Alberto S. N. Soares. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
 JOLIBERT, Josette, etall. **Formando crianças produtoras de textos.** Volume II. Trad. Walkiria M. F. Settineri e Bruno Charles Magne. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
 JUNQUEIRA FILHO, Gabriel de Andrade. **Linguagens geradoras: seleção e articulação de conteúdos em educação infantil.** Porto Alegre: Mediação, 2005.
 PIMENTA, Selma Garrido & LIMA, Maria do Socorro Lucena. **Estágio e docência.** São Paulo: Cortez, 2004.
 ROCHA, Marisa Lopes da. **Estratégia de desinstitucionalização: a pesquisa-intervenção e as práticas de formação.** Doxa - **Revista Paulista de Psicologia e Educação.** Araraquara: UNESP/FCL, v. 4, n. 2, 1998, p. 93-114.

Prática Integradora de Estágio I a V	Estágio Supervisionado	45
---	------------------------	----

Apresentação, discussão, reflexão e socialização das vivências de Estágio realizadas na Educação Infantil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARRIBAS, TERESA LLEIXÀ (et al.). **Educação Infantil: desenvolvimento, currículo e organização escolar.** Tradução: Fátima Murad. 5 ed. Porto Alegre, 2004.
 ARIÈS, Philipe. **História Social da criança e da família.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
 BASSEDAS, Eulália, HUGUET, Teresa & SOLÉ, Isabel. **Aprender e Ensinar na Educação Infantil.** Tradução Cristina Maria de Oliveira. Porto Alegre: Artmed, 1999.
 GARDNER, Howard. **A criança pré-escolar: como pensa e como a escola pode ensiná-la.** Trad. Carlos Alberto S. N. Soares. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
 JOLIBERT, Josette, etall. **Formando crianças produtoras de textos.** Volume II. Trad. Walkiria M. F. Settineri e Bruno Charles Magne. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
 JUNQUEIRA FILHO, Gabriel de Andrade. **Linguagens geradoras: seleção e articulação de conteúdos em educação infantil.** Porto Alegre: Mediação, 2005.
 PIMENTA, Selma Garrido & LIMA, Maria do Socorro Lucena. **Estágio e docência.** São Paulo: Cortez, 2004.
 ROCHA, Marisa Lopes da. **Estratégia de desinstitucionalização: a pesquisa-intervenção e as práticas de formação.** Doxa - **Revista Paulista de Psicologia e Educação.** Araraquara: UNESP/FCL, v. 4, n. 2, 1998, p. 93-114.

Processos e Métodos do Ensino da Matemática	Ensino, aprofundamentos e Sistematizações	90
--	---	----

O Ensino de Matemática na Educação Infantil e anos iniciais no Ensino Fundamental tendo como eixos articuladores: números, medidas, geometria e tratamento da informação. Conteúdos e aspectos metodológicos do Ensino de Matemática na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental. Educação Matemática: concepção, princípios teórico-metodológicos. Tendências atuais da Educação Matemática. A função social da Matemática e a sua aplicação na prática pedagógica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARVALHO, Mercedes; BAIRRAL, Marcelo Almeida (Orgs.). **Matemática e Educação Infantil: Investigações e possibilidades de práticas pedagógicas.** Petrópolis/RJ: Vozes, 2012.
 LORENZATO, Sergio. **Educação Infantil e percepção matemática.** Campinas/SP: Autores Associados, 2011.
 MALDANER, Anastácia. **Aprendendo Matemática nos anos iniciais.** 1ª. Mediação. 2016.
 MALDANER, Anastácia. **Educação Matemática: fundamentos teórico-práticos para professores dos anos iniciais.** Porto Alegre: Mediação, 2011.
 MORETTI, Vanessa Dias; SOUZA, Neusa Maria Marques de. **Educação Matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental: princípios e práticas pedagógicas.** São Paulo: Cortez, 2015.
 NACARATO, Adair Mendes (Org.). **A matemática nos anos iniciais do ensino fundamental: tecendo fios do ensinar e do aprender.** Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
 SILVA, João Alberto da (org.). **Alfabetização matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental.** 1ª. CRV. 2014.
 TOLEDO, Marília. **Didática da Matemática: como dois e dois: a construção da matemática.** São Paulo: FTD, 1997.

Processos e Métodos do Ensino de Ciências	Ensino, aprofundamentos e Sistematizações	90
<p>Concepções, objetivos, objeto de estudo do Estudo de Ciências Naturais. Pressupostos teórico-metodológicos que norteiam o Ensino de Ciências na Educação Infantil e nos anos Iniciais. A sala de aula como espaço de produção de conhecimentos sobre a natureza e sobre a ciência. Principais tendências relacionadas ao desenvolvimento do Ensino das Ciências Naturais. Análise de propostas curriculares e definição de objetivos e condições de ensino e formas de avaliação para as Ciências Naturais na educação Infantil nos anos iniciais do ensino fundamental. A função social das Ciências Naturais e a sua aplicação na prática pedagógica.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>CARVALHO, Anna Maria Pessoa de; CACHAPUZ, António Frasnscisco; GIL-PÉREZ, Daniel (orgs.). Ensino das Ciências como compromisso científico e ético: os caminhos que percorremos. Cortez Editora. 2012. CARVALHO, Anna Maria Pessoa de (org.). Ensino de Ciências por investigação: condições para implementação em sala de aula. Cengage Learning. 2013. CARVALHO, Anna Maria Pessoa de (org.). Ensino de Ciências: unindo a pesquisa a prática. Cengage Learning. 2015. POZO, Juan Ignacio; Miguel GÓMEZ CRESPO, Ángel. A aprendizagem e o ensino de ciências: do conhecimento cotidiano ao conhecimento científico. 5ª. Artmed. 2009. MENEZES, Paulo Henrique Dias (e outros). Ensino de Ciências com Brinquedos científicos. LF Editorial. 2016. NARDI, Roberto. Questões atuais no ensino de ciências. 2ª. Escrituras Editora. 2009. TRIVELATO, Sílvia F.; SILVA, Rosana L.F. Ensino de Ciências. Cengage Learning. 2011. SELBACH, Simone. Ciências e Didática. Editora Vozes. 2010.</p>		

Processo e Métodos do Ensino de Artes	Princípios da Organização do Trabalho Pedagógico	60
<p>Discute a arte como objeto de conhecimento: a arte na sociedade; a diversidade das formas de arte e concepções estéticas; a arte como expressão e comunicação na vida dos indivíduos. O ensino da arte na escola: tendências do ensino da arte das últimas décadas. Relação entre arte e o currículo escolar. Avaliação em arte na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental. A importância da arte na educação como processo de criação e de ensino. Vivência de diferentes linguagens da arte. A música, a pintura e o teatro como facilitadoras da aprendizagem.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>ANTONIO, Severino. A utopia da palavra: linguagem, Poesia e Educação, Rio de Janeiro, RJ, Editora Lucena, 2002. ARAÚJO, Miguel Almir de. Os sentidos da sensibilidade: sua fruição no sentido de educar, Salvador, BA, EDUFBA, 2008. BARBOSA, Ana Mae. Arte-educação no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 2008. BARBOSA, Ana Mae. Arte – Educação: leitura no subsolo, Cortez editora, São Paulo, SP, 2011. COLI, Jorge. O que é arte. São Paulo: Brasiliense, 2008. (Coleção Primeiros Passos, 46) DIAS, Maria Aparecida. O corpo na pedagogia Freinet. Livraria da Física, São Paulo, SP, 2013.</p>		

Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental – 1º ao 3º ano	Estágio Supervisionado	90
<p>Concepções teóricas, metodológicas e prática pedagógica dos anos iniciais do Ensino Fundamental. A organização do trabalho pedagógico nos anos iniciais do Ensino Fundamental do 1º ao 3º ano. Processos de investigação e conhecimento da realidade, planejamento e avaliação. Elaboração e execução de projeto de estágio nos anos iniciais do Ensino Fundamental, planejamento e avaliação. A formação de professores para os anos iniciais do Ensino Fundamental. Propostas curriculares para os anos iniciais do Ensino Fundamental.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>BRASIL; Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997. BURIOLLA, Marta A. Feiten. O estágio supervisionado. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999. FREITAS, Helena Costa Lopes. O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e de estágios. Campinas; São Paulo: Papyrus, 1996. HERNANDÉZ, F. e VENTURA, M. A organização do currículo por projetos de trabalho – o conhecimento é um caleidoscópio. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade, teoria e prática. São Paulo: Cortez, 1995.</p>		

Processos e Métodos do Ensino da História	Ensino, aprofundamentos e Sistematizações	90
--	---	----

Concepções, objetivos, objeto de estudo da História. Pressupostos teórico-metodológicos que norteiam o Ensino da História na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Principais tendências relacionadas ao desenvolvimento do Ensino de História. Análise de propostas curriculares e definição de objetivos e condições de ensino e formas de avaliação para a História na educação Infantil nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A função social da História e a sua aplicação na prática pedagógica na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARBOSA, Vilma de Lurdes. ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL:REDESCOBRINDO SENTIDOS. In: SAECULUM REVISTA DE HISTÓRIA [15]; João Pessoa, jul./dez. 2006.

CHAVES, Gislaine da Nóbrega; STORNI, Maria O. Teles. O Aventurar-se na Própria Caminhada: desvelando histórias de leitura. Disponível: <<http://br.monografias.com/trabalhos/aventurar-caminhada-desvelando-historias-leitura/aventurar-caminhada-desvelando-historias-leitura.shtml>>. Acesso em: 1ago 2013.

FONSECA, Selva Guimarães. Didática e Prática de Ensino de História. Campinas, São Paulo: Papirus 2003.

FONSECA, Selva Guimarães. É Possível Alfabetizar sem “História”? Ou...Como Ensinar História Alfabetizando? In:FONSECA, Selva Guimarães (Org.). Ensino Fundamental: conteúdos, metodologias e práticas. São Paulo: Editora Alínea, 2009.

KNAUSS, Paulo. Sobre a Norma e o Óbvio: a sala de aula como lugar de pesquisa. In: NIKITIUK, Sônia M. Leite (Org.). Repensando o Ensino de História. São Paulo: Cortez, 1996.

LUNCKES, Mariseti Cristina Soares. Educação Patrimonial: uma proposta de Ensino de História para Inclusão de Educadores e Educandos. (Mimeo) .

NEMI, Ana Lúcia Lana. Didática de história. São Paulo: FTD, 1996.

NIKITIUK, Sônia M. Leite (Org.). Repensando o Ensino de História. São Paulo: Cortez, 1996.

SILVA, Elvis Roberto Lima da. Alfabetização histórica é possível? ANAIS DO XV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO ISBN 978-85-95957-00-7 XV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA OFÍCIO DO HISTORIADOR: ENSINO E PESQUISA. Disponível em:http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338290971_ARQUIVO_ARTIGOANPUH2012versaofinal.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2013.

SILVA, Marcos Antônio da; FONSECA, Selva Guimarães. Ensino de História hoje: errâncias, conquistas e perdas[online]. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v30n60/a02v3060.pdf>>. Acesso em: 4 fev. 2013.

ZAMBONI, Ernesta; FONSECA, Selva Guimarães. contribuições da literatura infantil para a aprendizagem de noções do tempo histórico: leituras e indagações .Cad. Cedes, Campinas, vol. 30, n. 82, p. 339-353, set.-dez. 2010 339 [online]. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 4 fev. 2013

Processos e Métodos do Ensino da Geografia	Ensino, aprofundamentos e Sistematizações	90
---	---	----

Concepções, objetivos, objeto de estudo da Geografia. Pressupostos teórico-metodológicos que norteiam o Ensino da Geografia na educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Principais tendências relacionadas ao desenvolvimento do ensino da Geografia. Análise de propostas curriculares e definição de objetivos e condições de ensino e formas de avaliação para a Geografia na educação Infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental. A função social da Geografia e a sua aplicação na prática pedagógica na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTELLAR, S.; VILHENA, J. **Ensino de geografia**. São Paulo: Cengage Learning, 2010. CASTRO, I. E., GOMES, P. C.C. e CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CARLOS, A. F. A. (Org). **A Geografia na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2000.

CARLOS, A. F. A. e OLIVEIRA, A. U. (Orgs). **Reformas no mundo da educação: parâmetros curriculares e geografia**. São Paulo: 1999.

CASTROGIOVANI, A. (Org.) **Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano**. Porto Alegre: Mediação, 2000.

MOREIRA, R. **Pensar e ser em Geografia**. São Paulo: Contexto, 2008.

PONTUSCHKA, N. N, PAGANELLI, T. e CACETE, N. H. (Orgs). **Para ensinar e aprender Geografia**. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

VESENTINI, J. W. O Ensino de Geografia no Século XXI. 3ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2007.

Literatura Infanto Juvenil e Educação	Princípios da Organização do Trabalho Pedagógico	60
--	--	----

Conceito histórico de literatura infantil. A literatura infantil no processo de alfabetização e suas implicações político-pedagógico. Os vários gêneros literários no contexto da Educação Infantil. A literatura infantil e a produção de textos na escola. A literatura infantil: direito e prazer. A poesia. As histórias em quadrinhos. Seleção de livros infantis para a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ABRAMOVICH, Fanny. **Literatura Infantil**: gostosuras e bobices. São Paulo: Scipione, 2010.
- BORDINI, Maria da Gloria. **Poesia Infantil**. São Paulo, Ática, 1992. (Serie Princípios)
- CADEMARTORI, Lígia. **O que é literatura infantil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- COELHO, Nelly Novaes. **Panorama histórico da literatura infanto-juvenil**. São Paulo: Ática, 1991
- COELHO, Nelly Novaes. **A literatura infantil**: história, teoria, análise. São Paulo: Global, 1982.
- COELHO, Nelly Novaes. **O conto de fadas**. São Paulo, Ática, 1997.
- FARIA, Maria Alice. **Como usar a literatura infantil na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2010.
- PAIVA, Aparecida. (org.). **Literatura: saberes em movimento**. Belo Horizonte: Ceale Autentica, 2007.
- SARAIVA, Juracy Assmann (org.). **Literatura e Alfabetização**: do plano do choro ao plano da ação. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- SOARES, Magda. **A escolarização da leitura literária**: o jogo do livro infantil e juvenil. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- ZILBERMAN, Regina. **A literatura infantil na escola**. 9.ed. São Paulo: Global, 1994.
- ZILBERMAN, Regina & MAGALHAES, L. Cademartori. **Literatura infantil**: Autoritarismo e emancipação. São Paulo, Ática, 1987.

Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental – 4º ao 5º ano

Estágio Supervisionado

90

Concepções teóricas, metodológicas e prática pedagógica dos anos iniciais do Ensino Fundamental. A organização do trabalho pedagógico nos anos iniciais do Ensino Fundamental 4º ao 5º ano. Processos de investigação e conhecimento da realidade, planejamento e avaliação. Elaboração e execução de projeto de estágio nos anos iniciais do Ensino Fundamental, planejamento e avaliação. A formação de professores para os anos iniciais do ensino fundamental. Propostas curriculares para os anos iniciais do ensino fundamental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BRASIL; Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BURIOLLA, Marta A. Feiten. **O estágio supervisionado**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- FREITAS, Helena Costa Lopes. **O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e de estágios**. Campinas; São Paulo: Papyrus, 1996.
- HERNANDÉZ, F. e VENTURA, M. **A organização do currículo por projetos de trabalho – o conhecimento é um caleidoscópio**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- MORAES, Giselly de. **Estágio na licenciatura em Pedagogia**: projetos de leitura e escrita nos anos iniciais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores**: unidade, teoria e prática. São Paulo: Cortez, 1995.

Currículo e Trabalho Pedagógico

Princípios da Organização do Trabalho Pedagógico

60

Os diferentes paradigmas no campo do currículo: as tendências tradicionais, crítica e pós-crítica. O processo de seleção, organização e distribuição do conhecimento. O currículo, as normas e a política educacional brasileira. O currículo e a construção do projeto político-pedagógico no cotidiano da escola.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- MOREIRA, Antônio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu da. **Currículo, cultura e sociedade** (Orgs.). 10ª Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008.
- SILVA, Tomaz T. da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- TORRES, Rosa Maria. **Que (e como) é necessário aprender?** Necessidades básicas de aprendizagem e conteúdos curriculares. 8ª. ed. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2006.
- YOUNG, Michael F. D. **O Currículo do Futuro**: da nova sociologia da educação a uma teoria crítica do aprendizado. Campinas, SP: Papyrus, 2000.
- MOREIRA, Antônio Flávio; CANDAU, Vera Maria. **Indagações sobre currículo**: diversidade e currículo; organização. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.
- GOMES, Nilma Lino. **Indagações sobre currículo**: diversidade e currículo; organização. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

Processos e Metodos do Ensino da Educação Física	Ensino, aprofundamentos e Sistematizações	60
<p>Concepções, objetivos, objeto de estudo da Educação Física. Pressupostos teórico-metodológicos que norteiam o Ensino da Educação Física na educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Principais tendências relacionadas ao desenvolvimento do ensino da Educação Física. Análise de propostas curriculares e definição de objetivos e condições de ensino e formas de avaliação para a Educação Física na educação Infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental. A função social da Educação Física e a sua aplicação na prática pedagógica.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>BORGES, Célio José. Educação física para o pré-escolar. Rio de Janeiro: Sprint, 1987. CURTIS, Sandra R. A alegria do movimento na pré-escola. Porto Alegre: Artes Médica, 1998. FERREIRA, Vera L. C. Prática de educação física no 1º Grau. São Paulo: Ibrasa, 1994. FREIRE, João Batista. Educação de corpo inteiro: teoria e prática da educação física. São Paulo: Scipione, 1991. GUISELINI, Mauro A. Tarefas motoras para crianças em idade pré-escolar. HURTADO, Joahnn G. G. Melcherts. Educação Física pré-escolar e escolar 1ª a 4ª série: uma abordagem psicomotora. Curitiba: Fundação da UFPR, 1985. LAPIERRE, André. Educação Física psicomotora na escola maternal. São Paulo: Manole, 1986. MANOEL, E. J. et al. Educação Física Escolar: fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista. São Paulo: EPU, 1998.</p>		

Gestão Educacional	Princípios da Organização do Trabalho Pedagógico	60
<p>Modelos organizacionais de escola e formas de gestão. Gestão educacional e desafios do cotidiano escolar. A gestão democrática da unidade escolar: o processo administrativo e sua dimensão político-pedagógico. Autonomia das escolas. Educação, gestão democrática e participação popular. Cidadania na escola. Organização e funcionamento dos Conselhos.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio. Autonomia da escola: princípios e propostas. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2004. LIBANÊO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Coleção Docência em Formação) PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática da escola pública. 3. ed. São Paulo: Ática, 2008. ALVES, Adelaide; JUNIOR, Luiz de Sousa. Políticas Públicas e práticas educativas. João Pessoa: Editora ALVEZ, Nilda. Educação e supervisão: o trabalho coletivo na escola. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1995. BASTOS, João Baptista. Gestão democrática. 4. ed. Rio de Janeiro: Sepe, DP&A, 2005.</p>		

Estágio Supervisionado na Gestão Educacional	Estágio Supervisionado	90
<p>Concepções teóricas, metodológicas e prática pedagógica na Gestão Educacional. A organização do trabalho pedagógico na Gestão Educacional. Processos de investigação e conhecimento da realidade, planejamento e avaliação. Elaboração e execução de projeto de estágio na Gestão Educacional, planejamento e avaliação. A formação de professores para a Gestão Educacional.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio. Autonomia da escola: princípios e propostas. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2004. LIBANÊO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Coleção Docência em Formação) PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática da escola pública. 3. ed. São Paulo: Ática, 2008.</p>		

Organização e Prática da Ação Educativa em Espaços não Escolares	Princípios da Organização do Trabalho Pedagógico	60
<p>Definições e antecedentes históricos da educação em espaços não escolares. O papel do pedagogo diante de novas demandas educativas da sociedade contemporânea. Educação e Pedagogia Social no Brasil. Organizações governamentais, não governamentais e empresas como âmbitos de atuação do pedagogo. Desafios na construção de práticas pedagógicas em espaços não escolares.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		

BRZEZINSKI, Iria. **Pedagogia e pedagogos e formação de professores**: busca e movimento. Campinas, São Paulo: Papirus, 1996.
 FREIRE, Paulo. **Ética, utopia e educação**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
 GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **O que é pedagogia**. São Paulo: Brasiliense, 2007.
 GONH, Maria da Glória. **Educação não formal e o educador social**: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010.
 LIBANEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos para que?**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2008. PONTUAL, Pedro. **Educação Popular na América Latina**: diálogos e perspectivas. Brasília: UNESCO, 2009.

Educação e Tecnologia

Princípios da Organização do Trabalho Pedagógico

60

Estudo das inovações tecnológicas e seus impactos na organização social. Implicações dos processos pedagógicos da mídia e das tecnologias digitais na educação escolar e não-escolar. A formação do pedagogo na Era Tecnológica. Estudo de políticas públicas voltadas para a incorporação das Tecnologias de Informação e Comunicação em instituições educacionais brasileiras. Ambiente Virtual de Aprendizagem: o uso de softwares, jogos digitais, sites, aplicativos e outros objetos de aprendizagem na escola.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALVES, Lynn; COUTINHO, Isa de Jesus. **Jogos digitais e aprendizagem**: Fundamentos para uma prática baseada em evidências. Campinas: Papirus, 2016.
 DEMO, Pedro. **Formação permanente e tecnologias educacionais**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
 FERRETI, Celso João (org). **Novas tecnologias, trabalho e educação**: um debate. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
 FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. **Educar com a mídia**: novos diálogos sobre educação. São Paulo: Paz e Terra, 2011
 KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias**: o novo ritmo da informação. Campinas, SP: Papirus, 2007.
 LEVY, Pierre. **O que é o virtual**. São Paulo: editora 34, 1999.
 MONTES, Marta Teixeira do Amaral. **Aprendizagem colaborativa e docência online**. Curitiba: Appris, 2016.
 MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda Aparecida. **Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica**. 21 ed. Campinas: Papirus, 2013.
 SAMPAIO, Marisa Narcizo. (org). **Alfabetização tecnológica do professor**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
 SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Exclusão Digital**: a miséria na era da informação. São Paulo, 2001.
 SAMPAIO, Marisa Narcizo. **Alfabetização tecnológica do professor**. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

Educação de Jovens e Adultos

Princípios da Organização do Trabalho Pedagógico

60

Concepções teórico-metodológicas da educação de jovens e adultos. Evolução da educação de jovens e adultos, como prática social no contexto da sociedade brasileira e paraibana. O processo de aquisição e produção do conhecimento tendo como ponto de partida e de chegada à realidade socioeconômica, política e cultural do aluno. Planejamento e sistematização de proposta de ensino. A formação do educador de Educação de Jovens e Adultos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GADOTTI, Moacir. **Educação de jovens e adultos** (teoria prática e proposta). 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
 PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre educação de adultos**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1997.
 GADOTTI, Moacir. **Escola cidadã**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.
 PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores**: unidade, teoria e prática. São Paulo: Cortez, 1995.
 PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1987.
 RIBEIRO, M. M. G; FERREIRA, M. S. (Orgs). **Oficinas Pedagógicas**: uma estratégia de ensino-aprendizagem. Natal: EDUFRN, 2001.
 ROCHA, R. da S.; SOUZA, S. G. **Práticas de Alfabetização na Educação de Jovens e Adultos**. São Paulo: Cortez, 2013

Trabalho de Conclusão de Curso I

Pesquisa e Práticas Pedagógicas

60

Ressignificação do Projeto de Pesquisa tendo como referencial o processo de construção de conhecimento vivenciado no decorrer do Curso, estabelecendo relações entre o Universo experienciado e perspectivas de atuação profissional. Elaborar redação final do projeto de pesquisa. Realizar exame de qualificação do projeto de pesquisa e fazer as correções finais com base na regulamentação da ABNT e regulamento específico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALVES, Magda. **Como escrever teses e monografias**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
 GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.
 OLIVEIRA, Maria Marly de. **Projetos, Relatórios e Textos na Educação Básica**: como fazer. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.
 SANTOS FILHO, José Camilo dos. **Pesquisa educacional**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
 PEREIRA, Potiguara Acácia. **O que é pesquisa em educação?** São Paulo: Paulus, 2005.

Estágio Supervisionado na Educação de Jovens e Adultos	Estágio Supervisionado	90
Concepções teóricas, metodológicas e prática pedagógica na Educação de Jovens e Adultos. A organização do trabalho pedagógico na Educação de Jovens e Adultos. Processos de investigação e conhecimento da realidade, planejamento e avaliação. Elaboração e execução de projeto de estágio na Educação de Jovens e Adultos, planejamento e avaliação. A formação de professores para a Educação de Jovens e Adultos. Propostas curriculares para a Educação de Jovens e Adultos.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
GADOTTI, Moacir. Educação de jovens e adultos (teoria prática e proposta).8 ed. São Paulo: Cortez, 2006. PINTO, Álvaro Vieira. Sete lições sobre educação de adultos .10 ed. São Paulo: Cortez, 1997 GADOTTI, Moacir. Escola cidadã . 4 ed. São Paulo: Cortez, 1997. PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores : unidade, teoria e prática. São Paulo: Cortez, 1995. RIBEIRO, M. M. G; FERREIRA, M. S. (Orgs). Oficinas Pedagógicas : uma estratégia de ensino-aprendizagem. Natal: EDUFN, 2001. ROCHA, R. da S.; SOUZA, S. G. Práticas de Alfabetização na Educação de Jovens e Adultos . São Paulo: Cortez, 2013.		

Educação do Campo e Movimentos Sociais	Princípios da Organização do Trabalho Pedagógico	60
Educação e escola do campo: História, tendências, concepções teórico-metodológicas. Território da Educação Rural na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica da Educação Nacional. Diretrizes Operacionais para a Educação nas Escolas do Campo. A Educação Rural e o desenvolvimento local, integrado e sustentável. Identidade e Alteridade: fundantes para a construção de relações, saberes do atores sociais camponeses. Currículo para escola básica do e para o campo. Formação de Professores para Educação do Campo. Estudo de propostas para o meio rural.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
FREIRE, Paulo. Pedagogia da esperança . 11. ed. São Paulo: Paz e terra, 2003. FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido . 17. ed. São Paulo: Paz e terra, 1987. GADOTTI, Moacir. Pedagogia da terra . 5. ed. São Paulo: Peirópolis, 2000. CALDART, Roseli Salet. Pedagogia do movimento Sem Terra : a escola é mais do que escola. Petrópolis – RJ: Vozes, 2000. LEITE, Sérgio Celani. Escola Rural : urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999.		

História e Cultura afro-brasileira e indígena	Princípios da Organização do Trabalho Pedagógico	60
Reflexões sobre os aspetos caracterizadores da formação cultural brasileira: história e memória dos povos afro-brasileiros e indígenas. As diversidades culturais delineadas através das singularidades nas línguas, nas religiões, nos símbolos, nas artes e nas literaturas. O legado dos povos Quilombolas e indígenas. Educação anti-racista: contexto escolar e prática docente. Discriminação racial/educação: (re) pensando a identidade étnico-racial do/a educador/a e dos/as educandos/as. Políticas de Ação afirmativa e a Lei 10.639/03. Material didático: valorização e resgate da história e cultura afro-brasileira e indígena, desconstruindo estereótipos.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
KABENGELE, Munanga. Origens africanas do Brasil contemporâneo : histórias, línguas, cultura e civilizações. São Paulo: Global, 2009. SILVA, Ana Célia da. A discriminação do negro no livro didático . Salvador: CED, 1995. SILVA, Marcos Rodrigues da. O negro no Brasil : histórias e desafios. São Paulo: FTD, 1987. SILVA, Tomaz Tadeu da. Identidade e diferença . 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. SANTOS, Joel Rufino dos. A questão do negro na sala de aula . São Paulo: Editora Ática, 1990.		

Trabalho de Conclusão de Curso II	Pesquisa e Práticas Pedagógicas	60
Realização da pesquisa. Elaboração do relatório de pesquisa (Monografia). Conclusão e apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso, que envolve o levantamento, a análise e a difusão dos resultados obtidos na pesquisa realizada pelo discente, dentro do que é preconizado pela metodologia científica conforme as normas da ABNT. Apresentação pública da pesquisa realizada (defesa).		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
ALVES, Magda. Como escrever teses e monografias . Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. OLIVEIRA, Maria Marly de. Projetos, Relatórios e Textos na Educação Básica : como fazer. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008. SANTOS FILHO, José Camilo dos. Pesquisa educacional . 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007. PEREIRA, Potiguara Acácia. O que é pesquisa em educação? São Paulo: Paulus, 2005.		

Prática Socializadora de Pesquisa	Pesquisa e Práticas Pedagógicas	45
Apresentação, discussão, reflexão e socialização dos trabalhos de pesquisa realizados como Trabalho de Conclusão de Curso.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
ALVES, Magda. Como escrever teses e monografias . Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. OLIVEIRA, Maria Marly de. Projetos, Relatórios e Textos na Educação Básica : como fazer. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008. SANTOS FILHO, José Camilo dos. Pesquisa educacional . 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007. PEREIRA, Potiguara Acácia. O que é pesquisa em educação? São Paulo: Paulus, 2005.		

Administração dos Recursos Financeiros em Educação	-	60
Fontes e recursos públicos para a educação. O financiamento da Educação Básica e a legislação o que o regulamenta. Políticas de financiamento da Educação Básica. Os programas de descentralização dos recursos para a escola. Gestão dos recursos da educação.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera (Orgs.). O público e o privado na educação : novos elementos para o debate. São Paulo: Xamã, 2008. 128 p. DAVIES, Nicholas. Tribunais de Contas e educação : quem controla o fiscalizador de recursos. São Paulo: Plano, 2001b. 145 p. DAVIES, Nicholas. Financiamento de Educação : novos ou velhos desafios. São Paulo: Xamã, 2004. DAVIES, Nicholas. Fundeb : a redenção da educação básica. Niterói-RJ: Edição do Autor, 2007a. 104p.		

Alfabetização Cartográfica	-	60
Estuda a cartografia enquanto representação de fenômenos espaciais e como linguagem no desenvolvimento das habilidades operatórias no processo de formação dos conceitos geográficos. Conteúdos da cartografia escolar para os anos iniciais do Ensino Fundamental, criando novos desafios didáticos. O ensino da Cartografia na escola.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
ALMEIDA, Rosângela Doin de. Do desenho ao mapa : iniciação cartográfica na escola. São Paulo: Contexto, 2004. ALMEIDA, Rosângela Doin; PASSINI, Elza Yasuko. O Espaço Geográfico : ensino e representação. 12 ed. São Paulo: Contexto, 2002. CASTELLAR, Sônia (org). Educação geográfica : teorias e práticas docentes. São Paulo: Contexto, 2006.		

Alfabetização de Jovens e Adultos	-	60
Conceito de analfabetismo e de alfabetização no contexto da educação de jovens e adultos. Alfabetização de jovens e adultos: concepções teórico-metodológicas e políticas. Leitura e Escrita no processo de alfabetização de jovens e adultos. Consequências sociais do processo de alfabetização de adultos. Alfabetizar e letrar na Educação de Jovens e Adultos.		

BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>BARCELOS, Valdo. Educação de jovens e adultos: currículo e práticas pedagógicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. BARCELOS, Valdo. Formação de professores para educação de jovens e adultos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O Que é método Paulo Freire. São Paulo: Brasiliense: 2005. BRUNEL, Carmen. Jovens cada vez mais jovens na educação de jovens e adultos. Porto Alegre: Mediação, 2004. PINTO, Álvaro Vieira. Sete lições sobre educação de adultos. 10 ed. São Paulo: Cortez, 1997.</p>		

Atividades Educativas no Espaço Prisional	-	60
<p>Estuda as diretrizes para internos em presídios e penitenciárias. Discute e analisa as práticas pedagógicas, o espaço educativo, o currículo, a avaliação e a metodologia.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 31. ed. Petrópolis: Vozes, 2006. FREI BETTO. Diário de Fernando. Nos cárceres da ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Rocco, 2009. WACQUANT, Loïc. As prisões da miséria. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.</p>		

Coordenação Pedagógica	-	60
<p>Estuda o papel e a função do coordenador pedagógico na escola; Da sala de aula à gestão escolar: a ação coletiva, a participação, a autonomia e o compromisso social como princípios da gestão do trabalho pedagógico. A construção de um projeto político pedagógico emancipador e as instâncias colegiadas na gestão do trabalho pedagógico. A articulação da escola com a comunidade: reuniões de pais e mestres, reunião pedagógica, atividade de coordenação.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>ALMEIDA, L. R. de; PLACCO, V. M. N. de S. (Org.). O coordenador pedagógico e questões da contemporaneidade. São Paulo: Edições Loyola, 2006. BRUNO, E. B. G. et al. O coordenador pedagógico e a formação docente. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007. VASCONCELLOS, C. dos S. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2002.</p>		

Corpo e Movimento	-	60
<p>Discute as representações do corpo em uma perspectiva histórica, suas dimensões e implicações na Educação. Estuda os aspectos do desenvolvimento psicomotor de crianças. Aborda a brincadeira como linguagem e forma de apreensão do mundo. Explora as potencialidades interdisciplinares da expressão e educação físico-motora. Constrói materiais alternativos para utilização pedagógica no cotidiano da educação infantil. Elabora proposta de trabalho a partir dos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – RECNEI.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>BARRETO, Sidirley de Jesus. Psicomotricidade: educação e reeducação. 2. ed. Blumenau: Acadêmica, 2000. BRUHNS, H. Conversando sobre o Corpo. São Paulo: Ed. Papyrus, 1984. BUENO, J. M. Psicomotricidade: teoria e prática. São Paulo: Lovise, 1998. CARVALHO. Alysso; Fátima Salles. Brincares. Belo Horizonte: Editora UFMG/PROEX, 2005. DAOLIO, Jocimar. Da cultura do corpo. Campinas: Papyrus, 1995. HUIZINGA, J. Homo ludens. 4 ed. São Paulo: Perspectiva, 1993.</p>		

Economia da Educação	-	60
<p>Analisar as concepções da educação veiculadas pelos papéis que lhe são atribuídos e/ou negados pelo sistema econômico de produção, nos diferentes tempos e espaços sociais, e respectivas críticas.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 3. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989. MELCHIOR, José Carlos de Araújo. O financiamento da educação no Brasil. São Paulo: EPU, 1987. PINTO, José Marcelino. Os recursos para a educação no Brasil no contexto das finanças públicas. Brasília: Editora Plano, 2000.</p>		

Educação à Distância	-	60
Conceitos fundamentais da Educação a Distância. Métodos de ensino: presencial e a distância. A convergência entre educação virtual e presencial. Sistemas de Educação a Distância.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
PETERS, Otto. Didática do ensino a distância . Trad. Ilson Kayser. São Leopoldo/RS: Editora UNISINOS, 2001. KENSKI, Vani Moreira. Educação e tecnologias: o novo ritmo da Educação . Campinas: Papirus, 2007.		

Educação Ambiental	Princípios da Organização do Trabalho Pedagógico	60
Problemática Educação e suas relações com os fundamentos da gestão socioambiental; discute as relações sistêmicas e complexas das ecologias, dentre as quais a educação, como base para a construção das sociedades humanas diante dos determinismos da economia global e a busca de sistemas compatíveis com o respeito à pessoa humana e da sustentabilidade ecológica. Emergência do Paradigma Ambiental; O estudo do meio enquanto componente curricular para a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Análise das tendências em educação ambiental. O papel da escola na educação ambiental.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
DIAS, Genebaldo Freire. Educação ambiental: princípios e práticas . 6. ed. São Paulo; Gaia, 2000. 551p. GUIMARÃES, Mauro. A formação de educadores ambientais . Campinas: Papirus, 2004. GUTIÉRRES, Francisco. Ecopedagogia e Cidadania Planetária . São Paulo Cortez, 1999. LEFF, E. Epistemologia ambiental . São Paulo: Cortez, 2001. 240p. PEREIRA, A. B. Aprendendo ecologia através da educação ambiental . Porto Alegre: Sagra, 2003.		

Educação e Diversidade Sexual	-	60
Atitudes e valores com relação à educação sexual. A filosofia da educação sexual. Desenvolvimento psicossocial: infância, adolescência e idade adulta. Educação sexual na família e na escola: metodologia e linguagem. Manifestações da sexualidade e problemas de natureza psicossocial. A evolução da educação sexual. Sexualidade e historicidade. A dimensão social da sexualidade e a diversidade sexual no contexto escolar.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
AQUINO, Julio Groppa (Org.). Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas . São Paulo: Summus, 1997. KUPSTAS, Márcia (Org.). Comportamento sexual em debate . São Paulo: Moderna, 1997. RIBEIRO, Marcos (Org.). Educação sexual: novas idéias, novas conquistas . Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993. TIBA, Içami. Puberdade e adolescência: desenvolvimento biopsicossocial . São Paulo: Ágora, 1986.		

Educação e Ensino Religioso	-	60
Concepções, legislação, currículo, tratamento didático e formação docente do Ensino Religioso na educação brasileira. Tendências, desafios e perspectivas do Ensino Religioso não confessional a partir da Base Nacional Comum Curricular.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
OLIVEIRA, Lilian Blanck <i>et. al.</i> Ensino religioso no ensino fundamental . São Paulo Cortez, 2007 (Coleção Docência em Formação). POZZER, Adecir, <i>et. al.</i> Ensino religioso na educação básica . Fundamentos epistemológicos e curriculares. Florianópolis: Saberes em Diálogo, 2015. PASSOS, João Décio. Ensino Religioso: construção de uma proposta . São Paulo: Paulinas, 2007.		

Educação e Ludicidade	-	60
Aborda os fundamentos, pressupostos, princípios básicos e função do lúdico na educação infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Discute as manifestações do lúdico. Aborda os jogos e as brincadeiras como elementos formativos e propõe trabalhos com jogos e brincadeiras na sala de aula. Analisa o lugar do corpo, movimento e brincadeira no currículo da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		

KISHIMOTO, Tisuko Morchida. Jogos infantis: o jogo, a criança e a educação. Petrópolis: Vozes, 1993.
MANSON, M. **História do brinquedo e dos jogos**: Brincar através dos tempos. Lisboa: Teorema, 2001.
RIZZI, Leonor; HAIDT, Regina Célia. **Atividades lúdicas na educação da criança**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1994.
SANTOS, Carlos Antonio dos. **Jogos e atividades lúdicas na alfabetização**. Rio de Janeiro: Sprint, 1998.

Educação e Movimentos Sociais

-

60

Os movimentos sociais como espaço educativo na formação da cidadania. A relação entre poder e saber no processo de construção e apropriação do conhecimento, no âmbito dos movimentos sociais. A questão da articulação da educação não-formal com o sistema formal de ensino e o papel dos movimentos sociais. As tendências e perspectivas da educação dos movimentos populares na realidade brasileira hoje. O caráter educativo e a especificidade do movimento sindical na atualidade brasileira. Identificação dos movimentos contemporâneos e ocorridos na trajetória do Brasil, Nordeste e Paraíba. A organicidade e estrutura dos movimentos sociais por tipos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

. BOURDIEU, Pierre. *La Distinction*. Paris, PUF, 1979.
BATISTA, Maria do Socorro Xavier. *A EDUCAÇÃO POPULAR DO CAMPO E A REALIDADE CAMPONESA*
BATISTA, Maria do Socorro Xavier – UFPB / PPGE – socorroxavier@ce.ufpb.br GT: Educação Popular / n.06
Agência Financiadora: CNPq.
<http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt06-3377-int.pdf>
GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.
SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de Movimentos Sociais*. São Paulo: Loyola, 199.

Educação e Saúde no Contexto Escolar

-

60

Concepção de educação, saúde, sociedade, e cidadania. A Educação em saúde visa desenvolver o senso de responsabilidade pela saúde individual e coletiva. Conceitos e propostas em educação e Saúde. Atividades promotoras da saúde que visem o ambiente escolar e a comunidade. Estudos sobre a qualidade de vida nos seus aspectos individuais e coletivo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PELICIONI, M. C. F.; Torres, A. L. *Escola promotora da saúde*. Universidade de São Paulo. Saúde Pública: São Paulo, 1999.
VALLA, Victor V. ,STOTZ, Eduardo N. (Org.) *et al.* 2 ed. **Educação , Saúde e cidadania**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

Educação Especial e Políticas de Inclusão Educacional

-

60

Concepções da educação especial Políticas e ações governamentais voltadas às pessoas com deficiência e sua família. Aspectos da evolução dos serviços prestado à educação especial a nível público e privado. Antecedentes Históricos e perspectivas atuais em Educação Especial. A educação Especial no contexto sociopolítico brasileiro. Abrangência e pressupostos legais da Educação especial. Formação do Professor e Educação Especial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARANHA, M. S. F. **Trabalho e Emprego: Instrumento de construção da Identidade pessoal e social** - São Paulo: SORRI-BRASIL; Brasília: CORDE, 2003. -- 36p.:il.; 26,8cm. (Série Coleção Estudos e Pesquisas na Área da Deficiência; v. 9).
BRASIL Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994 b (Série Institucional, 1).
CARVALHO, R. E. **Educação inclusiva: com os pingos nos "is"**. Porto Alegre: Mediação, 2004.
FERNANDES, Cleonice Terezinha, LEITÃO, José Carlos. **Inclusão escolar de sujeitos com deficiência visual na rede regular de ensino brasileira: revisão sistemática**, Linhas Críticas, Brasília, DF, v. 17, n. 33, p. 273-289, maio/ago. 2011, Brasília, DF, 2011.
MANTOAN, M. T. E.; PRIETO, R. G. e ARANTES, V. A. (Org). **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.
MTE. **A inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho**. – 2. ed. – Brasília, 2007.
RODRIGUES, D. (org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.

Educação e Trabalho

-

60

Educação como princípio educativo. O processo das relações de produção no contexto da sociedade brasileira. O trabalhador e o saber na relação educação e trabalho. A profissionalização e a formação do trabalhador da educação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição.** São Paulo: Boitempo, 2002.
FRIGOTO, Galdencio. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. In: **Ensino médio integrado.** Concepções e contradições. São Paulo, Cortez, 2005.
MACHADO, Lucília Regina de Souza Machado. Mudanças tecnológicas e a educação e a educação da classe trabalhadora. In: **Trabalho e educação.** São Paulo, Papirus, 1992.
MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação Profissional no Brasil.** São Paulo, Cortez, 2002.

Educação Indígena

-

60

Aborda os princípios antropológicos da educação indígena. Diferencia Educação Indígena da Educação Escolar Indígena. Marcos legal da Educação Escolar Indígena no Brasil. Políticas Públicas em Educação Escolar Indígena. Currículos de Educação Escolar Indígena e processos próprios de Ensino e Aprendizagem. Escola Intercultural, bilíngue, diferenciada e autônoma.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FERNANDES, F. **A investigação etnológica no Brasil e outros ensaios.** Petrópolis: Vozes, 1975.
GRUPIONI, Luís Donisete Benzi; VIDAL, Lux; FISCHMANN, Roseli. **Povos Indígenas e Tolerância: construindo práticas de respeito e solidariedade.** São Paulo: Edusp e UNESCO, 2001.
LEITE, Yone et al. **Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil.** Rio de Janeiro: Marco Zero/UFRJ, 1987.
MELIÀ, Bartomeu. **Educação indígena e alfabetização.** São Paulo: Loyola, 1979.
RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

Educação Matemática

-

60

Educação Matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental: Tendências atuais e pressupostos teóricos-metodológicos. O valor do erro no processo de ensino e aprendizagem da Matemática. Obstáculos epistemológicos e didáticos ligados ao ensino e aprendizagem da matemática nos anos iniciais. Análise e elaboração de questões matemáticas. Utilização de jogos e desafios matemáticos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BICUDO, Maria Aparecida Viggiani; BORBA, Marcelo de Carvalho (Orgs.). **Educação Matemática: pesquisa em movimento.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
MACHADO, Sílvia A. Dias e al. **Educação Matemática: Uma introdução.** 2ª Ed., EDUC: São Paulo 2000. MAIO, Waldemar De; CHIUMMO, Ana. **Didática da Matemática: Fundamentos de Matemática.** Rio de Janeiro: LTC, 2012.
PAIS, Luiz Carlos. **Didática de Matemática: uma análise da influência francesa.** Tendências em Educação Matemática. Belo Horizonte: Autêntica: 2001.
PARRA, Cecília e SAIZ, Irma (Orgs.). **Didática da Matemática: reflexões psicopedagógicas.** Porto Alegre. Artmed, 2008.
SELBACH, Simone (Org.). **Matemática e Didática.** Petrópolis/RJ: Vozes, 2010.

Educação Popular

-

60

Fundamentos sobre Movimentos Sociais e Educação Popular, suas gêneses, tipologias, especificidades e funcionamento. Programas, projetos, estratégias e processos educativos dos movimentos sociais populares utilizados na perspectiva da Educação Popular.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

JACOBI, Pedro. **Movimentos Sociais e Políticas Públicas.** São Paulo: Cortez, 1989.
GOHN, Maria da Glória. **História dos Movimentos e Lutas Sociais: A Construção da**
GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo.** Rio de Janeiro: Vozes, 1991.

Educação Quilombola

-

60

Apresenta fundamentação teórica e metodológica sobre a formação de Quilombos no Brasil. Quilombos Contemporâneos e Quilombismo. Discute as influências socioambientais nos processos de demarcação e titulação da terra. Políticas de ações afirmativas para as comunidades quilombolas: avanços e dificuldades. Articulação entre saberes tradicionais e conhecimento universal na organização do currículo escolar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
CAVALLEIRO, E. (Org.). Racismo e antiracismo na educação : repensando a escola. São Paulo: Summus, 2001.		
GOMES F. S. Histórias de Quilombos : mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. São Paulo. Companhia das Letras, 2006.		

Estatística Aplicada à Educação	-	60
Introdução geral à compreensão da Estatística. Conceitos básicos de inferência e análise estatística e de métodos indispensáveis para levantamento, leitura e interpretação de dados estatísticos de pesquisa em educação. Análise de situações-problema da realidade educacional brasileira. Estatística: história e importância das aplicações no campo educacional. O método estatístico. Conceitos fundamentais: população, amostra, variável, dados brutos e relativos, rol. Estatística Descritiva: coleta de dados, tabelas e gráficos estatísticos. Distribuição de Frequência. Medidas de Posição. Medidas de Dispersão. Distribuição Normal. Amostragem.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
CRESPO, A. A. Estatística Fácil. 19. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2009.		
COSTA, S. F. Estatística aplicada à pesquisa em educação. Brasília: Lisber Livro, 2010.		
TOLEDO, Luciano Geraldo; OVALLE, Ivo Izidoro. Estatística Básica. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1992		
VIEIRA, S. Elementos de Estatística. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003		

Estudos Sobre Memória e História Oral	-	60
Questões envolvendo a produção social de Memórias e a História Oral, como metodologia e técnica de pesquisa, ao mesmo tempo a disciplina tem a intenção de possibilitar aos alunos subsídios teóricos e práticos para o desenvolvimento de suas pesquisas.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
BOSI, Ecléa. Memória e sociedade : lembranças de velhos. São Paulo : Companhia das Letras, 2007.		
FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (<i>et al.</i>). Usos E Abusos da História Oral . Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996.		

Ética e Educação	-	60
Estuda o nascimento da ética e o seu desenvolvimento nas idades: clássica grega, cristã, moderna e contemporânea. Analisa as interfaces entre ética e educação. Discute as implicações éticas no estudo do fenômeno educativo e na relação entre educador e educando. Identifica a função da ética e da educação na formação do cidadão. Discute os conceitos de moral, liberdade, responsabilidade e justiça na fronteira entre ética e educação. Analisa as finalidades da ética e da educação e o problema da consciência moral.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
VALLS, Álvaro L.M. O que é Ética? Coleção Primeiros Passos 177. São Paulo: Brasiliense, 2008.		
VAZ, Henrique C. de Lima. Ética e cultura . São Paulo: Edições Loyola, 2004.		

Etno Educação Potiguará	-	60
Aborda os princípios antropológicos da educação indígena. Diferencia Educação Indígena da Educação Escolar Indígena. Marcos legal da Educação Escolar Indígena no Brasil. Políticas Públicas em Educação Escolar Indígena. Currículos de Educação Escolar Indígena e processos próprios de Ensino e Aprendizagem. Escola Intercultural, bilingue, diferenciada e autônoma.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
ARRUTI, José Maurício Andion. Estudos Históricos . Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 57- 94. 1995.		
BARCELLOS, Lusival. As Práticas Educativas Religiosas dos Índios Potiguará da Paraíba . Tese (Doutorado em educação) Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2005.). Etnoeducação Potiguará.		
NASCIMENTO E PALHANO SILVA. In. A Etno Educação Potiguará . João Pessoa, Ideia, 2012.		

Formação do Professor Leitor	-	60
Linguagem. Leitura. Texto e textualidade. Gramática do texto. Critérios para análise da coerência e da coesão. Leitura, produção e reestruturação de textos. Dificuldades mais frequentes da língua.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		

KOCH, Ingedore G. Villaça. **A coesão textual**. São Paulo: Contexto, 1993.
KOCH, Ingedore Villaça; TRAVAGLIA, Carlos Luiz. **A coerência textual**. São Paulo: Contexto, 1993.
GERALDI, João Wanderley. **O texto na sala de aula**. São Paulo. Ática, 1997.

Gênero e Educação

-

60

Estuda o feminismo e seus desdobramentos no Brasil. A história das mulheres e as Teorias de Gêneros na contemporaneidade. Discute as relações vigentes nas escolas buscando uma perspectiva "inclusiva" que aborde as questões de gêneros e sexualidade. Examina as condições que possibilitaram a emergência e a afirmação de movimentos sociais em torno de identidades culturais na pós-modernidade. Destaca as políticas de identidade e pós-identidade no terreno dos gêneros.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DEL PRIORE, Mary. (org). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia**. Rio de Janeiro: Edunb, 1993.
LAMAS, Marta (Org.). **Cidadania e Feminismo**. São Paulo: Cia Melhoramentos, 1999.

Legislação e Organização da Educação Básica

-

60

A dimensão política e pedagógica da organização escolar brasileira. A educação na legislação básica e complementar que rege a Educação Básica no Brasil (constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Decretos, resoluções e Pareceres dos órgãos normativos).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

OLIVERIA, Romualdo Portela de; ADRIÃO, Thereza (Orgs.). **Organização do Ensino no Brasil: níveis e modalidades**. 2.ed. São Paulo: Xamã, 2007.
BRZESZINSKI, I. (Org.). **LDB Dez anos depois: reinterpretação sob diversos olhares**. São Paulo: Cortez, 2008.
CARNEIRO, Moacir Alves. **LDB fácil: leitura crítico-compreensivo**, artigo a artigo. 17. ed. Atualizada. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

Multiculturalismo e Educação

-

60

Globalização e sociedades multiculturais. Conceitos de cultura, identidade e diferença. Multiculturalismo: gênese e principais tendências. Igualdade e diferença; universalismo e relativismo. Questões e tensões no cotidiano: gênero, raça, orientação sexual e religião. Educação multicultural. A perspectiva da educação intercultural. Currículo e interculturalidade. A escola como espaço de encontro intercultural. Estratégias pedagógicas e perspectiva intercultural.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CANDAU, V. M. (Org.). **Sociedade, educação e cultura(s): questões e propostas**; Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.
CANDAU, V. M. (Org.). **Educação intercultural e cotidiano escolar**; Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.
CANEN, A. & SANTOS, A. R. (2009), **Educação Multicultural: teoria e prática para professores e gestores em Educação**. Rio de Janeiro: Ed. Ciência Moderna.
_____. **O multiculturalismo e seus dilemas: implicações na educação**. Comunicação e política, v. 25, nº 2, p.91 – 107, maio/ago. 2007.
MCLAREN, P. **Multiculturalismo crítico**. 3ª ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2000.
MOREIRA, A. F. & CANDAU, V. M. **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. 7ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.
MOREIRA, A. ; CANDAU, Vera Maria. **BRASIL, MEC, SEB. Indagações sobre Currículo - currículo conhecimento e Cultura**. Brasília, MEC/SEB, 2007.(disponível no site do MEC).

Planejamento Educacional

-

60

Concepções teóricas e metodológicas do planejamento educacional. Aspectos políticos e técnicos do planejamento educacional. A prática do planejamento na instituição educacional e na sala de aula. Projeto Político Pedagógico: concepção, execução e avaliação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A educação como política pública**. Campinas, SP, Autores Associados, 1997.
VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento: Projeto de Ensino Aprendizagem e Projeto Político Pedagógico**. Cadernos Pedagógicos do Libertad, 7ª ed. São Paulo: 2008.
VEIGA, Ilma P. A. **Projeto Político Pedagógico: uma construção possível**. 2ª. ed. Campinas-SP: Papirus, 1996.
DALMÁS, Ângelo. **Planejamento participativo na escola: elaboração, acompanhamento e avaliação**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

Psicologia Social	-	60
<p>Perspectivas teóricas contemporâneas da Psicologia Social. Indivíduo, Cultura e Sociedade. Processos psicossociais, grupos e coletivos organizados. Relações de Gênero. Psicologia Política. Processos de exclusão social.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>JACÓ-VILELA, Ana Maria; MANCEBO, Deise. (orgs.). Psicologia Social. Abordagens sócio-históricas e desafios contemporâneos. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.</p> <p>FARR, Robert M. As Raízes da Psicologia Social Moderna. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.</p>		

Teorias Curriculares	-	60
<p>O estudo das diferentes concepções de currículo articulado-as á aspectos pedagógicos, políticos, culturais e econômicos que contribuem para caracterização desse campo do saber. As teorias curriculares tradicionais, críticas e pós-críticas. Currículo na perspectiva global e local, em seu contexto histórico, cultural e social. Currículo e saberes profissionais. Tendências e questões atuais do currículo em diferentes níveis e contextos de formação.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>APPLE, Michael. Ideologia e Currículo. São Paulo: Brasiliense, 1982</p> <p>MOREIRA, Antônio F. & SILVA, Tomás T. da. (Orgs.). Currículo, cultura e sociedade. 8 ed. Cortez, São Paulo, 2005. SILVA, Tomaz Tadeu. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.</p>		

Trabalho Docente e Sociedade	-	60
<p>As mudanças no mundo e nos processos de trabalho; as relações entre trabalho educação. A natureza do trabalho docente. A formação e a profissionalização docente. A identidade profissional. O papel dos movimentos sociais e sindicais.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
<p>ARROYO, Miguel G. Ofício de mestre: imagens e autoimagens. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.</p> <p>CUNHA, Maria Isabel da. O bom professor e sua prática. Campinas: Papyrus, 2ed., 1992.</p> <p>RIOS, Terezinha A. Ética e competência. São Paulo: Cortez, 17 ed., 2007.</p>		

PROPLAN/UFPB

PORTARIAS DA PRÓ-REITORA

PORTARIA GAB/PROPLAN/ N.º 041/2019, DE 29 DE AGOSTO DE 2019.

A PRÓ-REITORA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO da UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas no artigo 98 do Regimento da Reitoria,

RESOLVE:

I – Designar **BÁRBARA MARIA DE OLIVEIRA BORGES**, matrícula SIAPE 1073486, cargo Assistente em administração, do quadro permanente desta Universidade, para exercer a função de Agente de Planejamento (Ageplan -Suplente) da SUPERINTENDÊNCIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS, com vistas ao acompanhamento de execução do Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023 e demais atividades relacionadas ao planejamento institucional, conforme indicação da unidade através do Memorando Eletrônico Nº 28/2019 - REITORIA - SOF.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

João Pessoa, 29 de agosto de 2019.

ELIZETE VENTURA DO MONTE
PRÓ-REITORA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

PORTARIA GAB/PROPLAN/ N.º 042/2019, DE 09 DE SEEMBRO DE 2019.

A PRÓ-REITORA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO da UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas no artigo 98 do Regimento da Reitoria,

RESOLVE:

I – Dispensar **JANILDE GUEDES DE LIMA**, matrícula SIAPE 20096336, cargo Técnico em Secretariado, do quadro permanente desta Universidade, da função de Agente de Planejamento (Ageplan -Suplente) do Instituto UFPB de Desenvolvimento da Paraíba, com vistas ao acompanhamento de execução do Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023 e demais atividades relacionadas ao planejamento institucional, conforme solicitação da unidade através do Memorando Eletrônico Nº 29/2019 – IDEP – UFPB.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

João Pessoa, 09 de setembro de 2019.

ELIZETE VENTURA DO MONTE
PRÓ-REITORA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

PORTARIA GAB/PROPLAN/ N.º 043/2019, DE 09 DE SEEMBRO DE 2019.

A PRÓ-REITORA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO da UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas no artigo 98 do Regimento da Reitoria,

RESOLVE:

I – Designar **RAFAELLE BRAGA VASCONCELOS COSTA**, matrícula SIAPE 24086424, cargo Assistente em Administração, do quadro permanente desta Universidade, para exercer a função de Agente de Planejamento (Ageplan -Suplente) do Instituto UFPB de Desenvolvimento da Paraíba, com vistas ao acompanhamento de execução do Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023 e demais atividades relacionadas ao planejamento institucional, conforme indicação da unidade através do Memorando Eletrônico Nº 29/2019 - IDEP - UFPB.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

João Pessoa, 09 de setembro de 2019.

ELIZETE VENTURA DO MONTE
PRÓ-REITORA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

SSG/INFRA/UFPB**PORTARIA DA SUPERINTENDENCIA****PORTARIA N.º 003/2019 – SSG/SINFRA, 09 de Setembro de 2019**

O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS GERAIS, E O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, no uso das suas atribuições, RESOLVEM:

Instituir a presente Portaria com finalidade de esclarecer que a participação de qualquer tipo de jogo nas dependências desta Instituição e no horário de expediente se constitui em ato ilegal e que a pratica dessa ilegalidade sujeita o infrator as penalidades previstas na Lei 8.112/1990 e para os terceirizados ao que é instituído nas cláusulas contratuais que tratam das obrigações da contratante e conforme regulamentado pelo artigo 5º da Instrução Normativa 05/2017 do MPOG, portanto a pratica de jogos de dominó, dama e baralho etc envolvendo servidores efetivo do quadro de Pessoal da UFPB, bem como o pessoal vinculado aos contratos de prestação de serviços terceirizados não serão admitidos nem tampouco tolerados por esta Instituição.

Esta portaria entra em vigor, a partir da data de sua publicação no Boletim de Serviços da Universidade Federal da Paraíba e revoga as disposições em contrário.

João Pessoa, 09 de setembro de 2019.

AMAURI DE SOUSA FÉLIX
SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS GERAIS
SIAPE 0335557

ANTÔNIO FARIAS LEAL
SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA
SIAPE 633808

SOF/UFPB**PORTARIA DA SUPERINTENDENTE****PORTARIA N.º 071/2019/UFPB/SOF, DE 05 DE SETEMBRO DE 2019**

O SUPERINTENDENTE DE ORÇAMENTO E FINANÇAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, no uso das atribuições previstas na Portaria R/PROGEP/Nº 277, de 14 de março de 2019,
Considerando Formalização de demanda constante em processo 23074.055030/2019-11;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores **AMAURI RODRIGUES DA FONSECA**, SIAPE 1109588, **WANDERSON LUÍS FRANÇA DOS ANJOS**, SIAPE 2352429 e **ANDERSON KARLO FERNANDES VIEIRA**, SIAPE 2062485, para, sob a presidência do primeiro e, nas suas faltas e impedimentos, do segundo, compor Equipe de Planejamento da Contratação do serviço telecomunicação das unidades da Universidade Federal da Paraíba, conforme processo supra.

Art. 2º - Fica sob a responsabilidade dessa equipe a realização do Planejamento dessa Contratação, conforme o que é preconizado na Lei 8.666/93 e no art. 20 da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017, devendo ser realizados Estudos Preliminares, Gerenciamento de Riscos e Termo de Referência, na qual cada membro atuará conforme suas competências e de acordo com as atribuições inerentes ao seu cargo.

Art. 3º - Estabelecer o prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data da publicação desta portaria, para conclusão dos trabalhos.

IDÁCIO RODRIGUES BARRETO PESSOA
SUPERINTENDENTE DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
MAT. SIAPE 2329157

PORTARIA N.º 072/2019/UFPB/SOF, DE 05 DE SETEMBRO DE 2019

O SUPERINTENDENTE DE ORÇAMENTO E FINANÇAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, no uso das atribuições previstas na Portaria R/PROGEP/Nº 277, de 14 de março de 2019,
Considerando Formalização de demanda constante em processo 23074.049364/2019-48;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores **HUDNEY G. M. DE HOLLANDA**, SIAPE 3030042 e **ANDERSON KARLO FERNANDES VIEIRA**, SIAPE 2062485, para, sob a presidência do primeiro e, nas suas faltas e impedimentos, do segundo, compor Equipe de Planejamento da Contratação do serviço de manutenção das esquadrias nas diversas unidades dos Campi da Universidade Federal da Paraíba (portas, janelas, vidros, etc), bem como seus respectivos acessórios (fechaduras, dobradiças, etc.), conforme processo supra.

Art. 2º - Fica sob a responsabilidade dessa equipe a realização do Planejamento dessa Contratação, conforme o que é preconizado na Lei 8.666/93 e no art. 20 da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017, devendo ser realizados Estudos Preliminares, Gerenciamento de Riscos e Termo de Referência, na qual cada membro atuará conforme suas competências e de acordo com as atribuições inerentes ao seu cargo.

Art. 3º - Estabelecer o prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data da publicação desta portaria, para conclusão dos trabalhos.

IDÁCIO RODRIGUES BARRETO PESSOA
SUPERINTENDENTE DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
MAT. SIAPE 2329157

CCHSA/UFPB**PORTARIAS DA DIRETORIA****PORTARIA GD/CCHSA/Nº 145, DE 04 DE SETEMBRO DE 2019.**

A DIRETORA DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E AGRÁRIAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, nomeada pela Portaria R/GR/PROGEP/Nº 1573, de 13 de outubro de 2016.

RESOLVE:

1. Designar o servidor **Jair Batista de Souza, SIAPE nº 1897432**, para atuar como chefe do Laboratório de Suinocultura do Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias, Campus III, da Universidade Federal da Paraíba.

2. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E AGRÁRIAS, Bananeiras, 04 de setembro de 2019.

DRA. TEREZINHA DOMICIANO DANTAS MARTINS
DIRETORA DO CCHSA

PORTARIA GD/CCHSA/Nº 146, DE 04 DE SETEMBRO DE 2019.

A DIRETORA DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E AGRÁRIAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, nomeada pela Portaria R/GR/PROGEP/Nº 1573, de 13 de outubro de 2016.

RESOLVE:

1. Designar a servidora **Lays Fernandes de Caldas Silva, Matrícula SIAPE nº 1761516**, para efetuar a fiscalização da execução do contrato resultante do aditamento do termo contratual nº 08/2018 referente ao serviço de recarga e manutenção de extintores e substituição de peças e pintura, caso necessitem, de acordo com requisitos de avaliação de conformidade com inspeção técnica e manutenção de extintores de incêndios estabelecidos pelo Inmetro, para atender a demanda do Centro de Ciências Humanas Sociais e Agrárias e do Colégio Agrícola "Vidal de Negreiros", Campus III, da Universidade Federal da Paraíba, conforme processo nº 23074.045048/2019-05.

2. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E AGRÁRIAS, Bananeiras, 04 de setembro de 2019.

DRA. TEREZINHA DOMICIANO DANTAS MARTINS
DIRETORA DO CCHSA

PORTARIA GD/CCHSA/Nº 147, DE 05 DE SETEMBRO DE 2019.

A DIRETORA DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E AGRÁRIAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, nomeada pela Portaria R/GR/PROGEP/Nº 1573, de 13 de outubro de 2016.

RESOLVE:

1. Designar o servidor **José Gualberto Targino Praxedes, Secretário Executivo, Matrícula SIAPE nº 2575594**, para efetuar a fiscalização da execução do contrato resultante do aditamento cujo o objeto que tem como finalidade a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de filmagens para atender as demandas do Centro de Ciências Humanas Sociais e Agrárias e do Colégio Agrícola "Vidal de Negreiros", Campus III, da Universidade Federal da Paraíba, conforme processo nº 23074.049695/2019-88.
2. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E AGRÁRIAS, Bananeiras, 05 de Setembro de 2019.

DRA. TEREZINHA DOMICIANO DANTAS MARTINS
DIRETORA DO CCHSA

PORTARIA GD/CCHSA/Nº 148, DE 06 DE SETEMBRO DE 2019.

A DIRETORA DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E AGRÁRIAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, nomeada pela Portaria R/GR/PROGEP/Nº 1573, de 13 de outubro de 2016.

RESOLVE:

1. Revogar a Portaria GD/147/2019 e designar a servidora **Mara Janaina Nascimento Castro, Matrícula SIAPE nº 2422248**, para efetuar a fiscalização da execução do contrato resultante do aditamento cujo o objeto é o contrato nº 04/2018 que tem como finalidade a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de filmagens para atender as demandas do Centro de Ciências Humanas Sociais e Agrárias e do Colégio Agrícola "Vidal de Negreiros", Campus III, da Universidade Federal da Paraíba, conforme processo nº 23074.049695/2019-88.
2. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E AGRÁRIAS, Bananeiras, 06 de Setembro de 2019.

DRA. TEREZINHA DOMICIANO DANTAS MARTINS
DIRETORA DO CCHSA

PORTARIA GD/CCHSA/Nº 149, DE 09 DE SETEMBRO DE 2019.

A DIRETORA DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E AGRÁRIAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, nomeada pela Portaria R/GR/PROGEP/Nº 1573, de 13 de outubro de 2016.

RESOLVE:

1. Designar os seguintes servidores para realização do Pregão referente à aquisição de conjunto de coletores para coleta seletiva para atender as demandas do Centro de Ciências Humanas Sociais e Agrárias e do Colégio Agrícola "Vidal de Negreiros", Campus III, da Universidade Federal da Paraíba, conforme processo nº 23074.047726/2019-66.

Pregoeiro: **Macicley Félix da Silva, Matrícula SIAPE nº 2156942.**

Membros da Equipe de Apoio: **Antonio Mendonça Coutinho Neto, Matrícula SIAPE nº 1679860 e Michel de Oliveira Teixeira, Matrícula SIAPE nº 1374105.**

2. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E AGRÁRIAS, Bananeiras, 09 de setembro de 2019.

DRA. TEREZINHA DOMICIANO DANTAS MARTINS
DIRETORA DO CCHSA

PORTARIA GD/CCHSA/Nº 150, DE 09 DE SETEMBRO DE 2019.

A DIRETORA DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E AGRÁRIAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, nomeada pela Portaria R/GR/PROGEP/Nº 1573, de 13 de outubro de 2016.

RESOLVE:

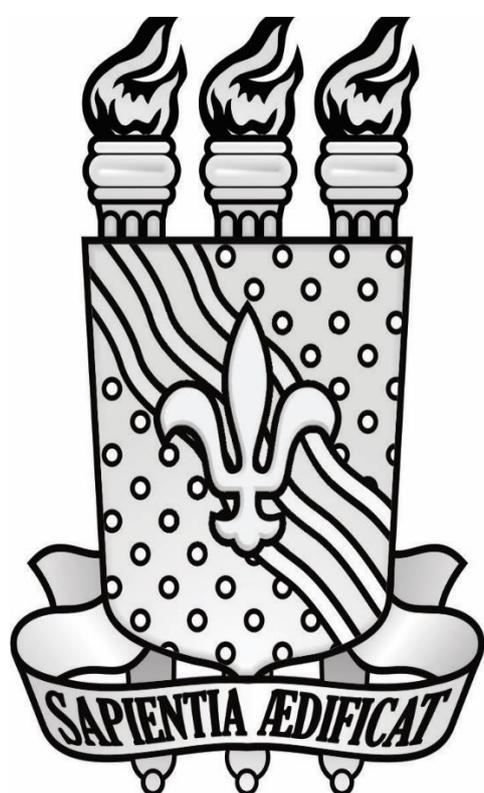
1. Designar o servidor **Fabiano Queiroga da Silva, Técnico em Agropecuária, Matrícula SIAPE nº 2343451**, para efetuar a fiscalização da execução do contrato cujo o objeto é a aquisição do conjunto de coletores para coleta seletiva, para atender as demandas do Centro de Ciências Humanas Sociais e Agrárias e do Colégio Agrícola "Vidal de Negreiros", Campus III, da Universidade Federal da Paraíba, conforme processo nº 23074.047726/2019-66.

2. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias, Bananeiras, 09 de setembro de 2019.

DRA. TEREZINHA DOMICIANO DANTAS MARTINS
DIRETORA DO CCHSA

www.ufrpb.br



UF Editora
UFPB